

FLORESTA VIVA 2025 | RECAATINGAR

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTAVEL

(FBDS)

Edital 01/2026

**Apoio à Recuperação Socioprodutiva de terras  
degradadas do bioma Caatinga - Recaatingar**

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026



APOIO FINANCEIRO



PARCEIRO GESTOR



INSTITUIÇÃO APOIADORA



PARCEIRO TÉCNICO

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. Introdução.....	4
2. Floresta Viva 2025.....	4
3. Programa Recaatingar.....	5
4. Apoiadores .....	6
5. Justificativa .....	6
6. Objetivo do Edital e Síntese das Propostas .....	7
7. Áreas elegíveis .....	8
8. Instituição Proponente .....	10
9. Instituições Parceiras e Prestadoras de Serviço .....	11
10. Equipe Técnica .....	12
11. Prazo de execução dos projetos.....	14
12. Montante de recursos deste Edital.....	14
13. Contrapartidas .....	15
14. Submissão das propostas e prazos .....	15
15. Documentos necessários para submissão da proposta .....	17
16. Comunicação com a FBDS sobre dúvidas deste Edital .....	18
17. Estrutura e Diretrizes para Elaboração das Propostas.....	18
18. Orientações gerais para elaboração das propostas .....	19
19. Orientações específicas para elaboração das propostas .....	24
19.I. Elaboração do Plano de Trabalho .....	24
19.II. Implementação do Plano de Trabalho.....	26
19.III. Fortalecimento de Cadeias Produtivas.....	27
19.IV. Manutenção e monitoramento das áreas em recuperação .....	28
20. Despesas Elegíveis e Inelegíveis .....	30

20.I. Despesas elegíveis .....	30
20.II. Despesas inelegíveis .....	31
21. Processo de seleção de projetos .....	32
22. Divulgação dos resultados .....	33
23. Contratação e implementação .....	34
24. Disponibilização de recursos .....	37
25. Monitoramento Técnico e Financeiro dos Projetos .....	38
26. Informações adicionais .....	38
27. Encerramento dos Projetos .....	38
28. Disposições Gerais.....	38
29. Critérios de Avaliação Quantitativa .....	39
ANEXOS: .....	48

## 1. Introdução

A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), na qualidade de Parceiro Gestor da iniciativa Floresta Viva 2025, convida instituições elegíveis a apresentarem propostas de projetos de recuperação socioprodutiva de terras degradadas na Caatinga, nos termos deste edital e de seus anexos (doravante denominado apenas “Edital”).

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, abrangendo cerca de 10% do território nacional e com 100% dos seus 860 mil quilômetros quadrados susceptíveis à desertificação. O bioma se estende por todos os estados nordestinos, chegando ao norte de Minas Gerais, no Sudeste e sofre com histórico de secas intensas que vem sendo agravadas pelo desmatamento.

Os interessados em participar deverão ler atentamente este Edital, seus anexos e as orientações complementares eventualmente divulgadas pela FBDS durante o período de submissão de propostas.

## 2. Floresta Viva 2025

O Floresta Viva 2025 é uma iniciativa voltada ao financiamento não reembolsável de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e/ou sistemas agroflorestais, podendo incluir atividades de conservação de ecossistemas e monitoramento de espécies da fauna e da flora, nos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

São objetivos específicos do Floresta Viva 2025 aplicáveis a este Edital:

- a) apoiar ações para restauração ecológica com espécies nativas e/ou restauração produtiva por meio de SAFs;
- b) apoiar ações para conservação de ecossistemas visando assegurar a perenidade dos recursos ambientais (água, solo, ar, minerais, espécies vivas, ...) e dos processos ecológicos de um ecossistema, mantendo a biodiversidade, de forma socialmente justa;
- c) fortalecer cadeias produtivas da restauração ecológica e produtiva e dos produtos da sociobiodiversidade, com ênfase em soluções territoriais capazes de ampliar a permanência e a escala das ações apoiadas;
- d) promover a geração de empregos, renda e capacidades locais associadas à restauração e aos produtos da sociobiodiversidade;
- e) estruturar projetos com potencial de gerar benefícios ambientais, climáticos, hídricos, sociais e territoriais duradouros;
- f) desenvolver estratégias e procedimentos para certificação dos projetos apoiados visando à emissão de créditos de carbono e de créditos de biodiversidade; e
- g) estimular estratégias de monitoramento, comunicação e sustentabilidade dos resultados após o encerramento do apoio financeiro.

O Floresta Viva 2025 opera sob o princípio da junção de recursos do BNDES com recursos de Instituições Apoiadoras, sempre que possível, cabendo à FBDS a operacionalização dos editais, a gestão dos recursos, a contratação das entidades selecionadas, o acompanhamento técnico-financeiro dos projetos e a consolidação das prestações de contas e resultados, zelando pelo uso adequado dos recursos.

As Instituições Apoiadoras do Floresta Viva 2025 são empresas, fundações e associações privadas, pessoas jurídicas de direito público ou entidades da administração pública que juntamente com o BNDES, venham a participar da iniciativa, aportando recursos para a execução dos projetos escolhidos por meio de seleção pública, conforme critérios definidos em parceria com o BNDES, no âmbito do Núcleo Gestor estabelecido como instância de governança para cada edital. As Instituições Apoiadoras também acompanham a execução, prestação de contas e resultados alcançados pelos projetos apoiados.

A iniciativa está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>1</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU) e com diversas políticas públicas do governo federal, contribuindo para o atingimento das metas globais de combate e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, das metas estabelecidas pela Convenção da Diversidade Biológica, no âmbito do Marco Global Kunming-Montreal de Biodiversidade, e das metas de Neutralidade da Degradação da Terra (LDN - *Land Degradation Neutrality*) estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

### 3. Programa Recaatingar

O Programa Recaatingar é uma ação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB Brasil) sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), do governo federal do Brasil, lançado como uma tecnologia social de Convivência com o Semiárido que promove os meios necessários para a recuperação de terras degradadas e a conservação da biodiversidade da Caatinga, com a participação ativa das comunidades em ações de educação ambiental e assistência técnica contextualizada, fortalecendo o valor da Caatinga em Pé.

A metodologia do Recaatingar contempla uma abordagem cultural, ambiental, social, produtiva e econômica para combate à desertificação e adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como a ampliação da resiliência dos povos da Caatinga.

O Programa tem como meta a recuperação socioprodutiva de 10 milhões de hectares de terras degradadas da Caatinga, e para isso tem como objetivos:

- i) Combater a desertificação, contribuir para a neutralidade da degradação da terra e mitigação dos efeitos da seca;
- ii) Recuperar terras degradadas na Caatinga, devolvendo sua capacidade produtiva e de oferta de serviços ecossistêmicos ao ambiente e às comunidades;
- iii) Promover a gestão de paisagens rurais por meio de práticas de manejo e uso sustentável, visando à recuperação da biodiversidade e demais recursos ambientais;
- iv) Promover a adaptação e a melhoria da qualidade de vida das populações vulnerabilizadas pelas mudanças climáticas, por meio da adoção de sistemas produtivos sustentáveis e implantação de ações para a conservação da água;
- v) Fomentar a visibilidade das iniciativas com processos e linguagens de comunicação e arte que gerem maior conhecimento sobre a Caatinga e a importância de sua conservação;

---

<sup>1</sup> <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

- vi) Gerar inclusão produtiva, social e econômica com sustentabilidade e estímulo à bioeconomia, fortalecendo a resiliência comunitária às mudanças climáticas e à desertificação.

## 4. Apoiadores

O presente Edital será realizado com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sem prejuízo da eventual participação de outras Instituições Apoiadoras que venham a aderir ao Edital, observado o arranjo institucional e financeiro estabelecido para a iniciativa Floresta Viva 2025.

Junto com a FBDS (parceiro gestor) e o MMA (parceiro técnico), os apoiadores compõem o Núcleo Gestor do presente Edital, instância de governança responsável pela sua formulação e por deliberações relacionadas à sua execução.

## 5. Justificativa

A restauração ecológica e produtiva de áreas degradadas ou alteradas em biomas brasileiros constitui estratégia essencial para remover carbono da atmosfera, ampliar a resiliência climática dos territórios, proteger a biodiversidade, conservar recursos hídricos, reduzir processos erosivos, melhorar o microclima e fortalecer a geração de renda e a segurança alimentar associada a práticas sustentáveis.

Nos diferentes contextos territoriais passíveis de apoio por este Edital, a degradação da vegetação nativa e do solo comprometem a integridade dos ecossistemas, a provisão de serviços ecossistêmicos e a estabilidade sociobioeconômica de populações locais. A restauração, quando combinada com arranjos territoriais adequados, governança local e fortalecimento da cadeia produtiva, tende a produzir benefícios duradouros do ponto de vista ambiental, climático e social.

Este Edital insere-se nesse contexto e busca selecionar projetos tecnicamente consistentes, financeiramente exequíveis e socialmente legitimados, aptos a produzir resultados concretos em áreas elegíveis definidas pelo recorte territorial e temático selecionado.

As propostas deverão, portanto, considerar o contexto socioeconômico e cultural dos territórios de atuação, promover o diálogo com comunidades e instituições locais, respeitar as condicionantes fundiárias e ambientais aplicáveis e buscar a viabilidade da permanência dos resultados para além do prazo de execução do projeto.

Este Edital e a própria iniciativa Floresta Viva 2025 estão inseridos no esforço de reconstrução dos biomas brasileiros, na mitigação das mudanças climáticas e na adaptação aos seus impactos. Como tecnologia de captura de carbono, a restauração traz impactos positivos para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) brasileira, reduzindo as emissões líquidas de gases do efeito estufa (GEE's), contribuindo tanto para as metas de redução de emissões da economia brasileira, como com o compromisso de o país ser carbono neutro em 2050.

Nesse contexto, o recém revisado PLANAVEG (Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa) manteve a meta de recuperação de 12 milhões de hectares com vegetação nativa, sendo os

editais do Floresta Viva uma contribuição importante para o cumprimento dessa meta, de forma alinhada com a iniciativa estratégica dos mecanismos financeiros no eixo de implementação do Plano.

A iniciativa Floresta Viva 2025 e este Edital inserem-se ainda no esforço nacional para alcançar a Neutralidade da Degradação da Terra (LDN), em contribuição aos objetivos estabelecidos no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, alinhando-se ao Programa Recaatingar, previsto como ação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB Brasil).

## 6. Objetivo do Edital e Síntese das Propostas

O presente Edital tem como objetivo selecionar **projetos para a implementação de ações de recuperação socioprodutiva de terras degradadas na Caatinga, com uso de espécies nativas deste bioma combinadas com espécies não invasoras da agrobiodiversidade local, em alinhamento com os objetivos do Programa Recaatingar e com as vocações socioeconômicas regionais, priorizando a participação ativa das comunidades locais**, visando a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, o combate à desertificação e a ampliação da resiliência dos povos da Caatinga.

Nesse contexto, os projetos devem incluir investimentos para promoção do recaatingamento com implementação de tecnologias sociais e equipamentos agrícolas adaptados ao Semiárido, desde que diretamente vinculados ao projeto de restauração, técnicas e práticas de recuperação e manejo sustentável do solo, recuperação de corpos hídricos naturais, conservação da água, produção de base agroecológica, implantação de sistemas agroflorestais e/ou uso sustentável da Caatinga.

Os projetos poderão ainda incluir investimentos para fortalecimento de cadeias produtivas da restauração ecológica, da recuperação socioprodutiva e de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e da agrobiodiversidade da Caatinga.

Destaca-se que são incentivados projetos que apresentem consonância com políticas públicas tematicamente afins aos propósitos deste edital, tais como: políticas de combate à desertificação, de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, de promoção do uso sustentável dos recursos naturais e de desenvolvimento territorial.

Para fins desse Edital, entende-se por:

I - Recaatingamento: tecnologia social de Convivência com o Semiárido que promove os meios necessários para a recuperação de terras degradadas e conservação da biodiversidade da Caatinga, com a participação ativa das comunidades em ações de educação ambiental e assistência técnica contextualizada, fortalecendo o valor da Caatinga em Pé. A metodologia deve contemplar abordagem cultural, ambiental, social, produtiva e econômica, com vistas à adaptação e mitigação dos efeitos da desertificação e das mudanças climáticas, bem como a ampliação da resiliência dos povos da Caatinga.

II - Manejo sustentável do solo: implementação de técnicas e práticas agrícolas como adubação verde, compostagem, plantio direto, rotação de culturas para melhorar a fertilidade e a estrutura do solo, e tecnologias sociais para controle da erosão do solo;

III - Recuperação de corpos hídricos naturais: intervenção planejada visando a recuperação de nascentes, a manutenção e/ou o aumento da disponibilidade hídrica de corpos hídricos naturais, tais como técnicas para cercamento do perímetro de nascentes (isolamento de animais para evitar

compactação); contenção de sedimentos; melhoria da infiltração da água; revegetação do entorno de rios e nascentes de água; entre outras ações;

IV - Conservação da água: ações conservacionistas que compreendem um conjunto de medidas que possibilitam a gestão da oferta, ao aumentar a quantidade de água disponível nas bacias, a exemplo de construção de cisternas, barreiros, barragens subterrâneas e sistemas de captação de água da chuva para garantir a segurança hídrica;

V - Produção de base agroecológica: modelo agrícola sustentável que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social;

VI - Sistemas agroflorestais: sistema de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas e forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (obtenção de benefícios das interações ecológicas e econômicas resultantes); e

VII - Uso sustentável da Caatinga: exploração da Caatinga de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

## **7. Áreas elegíveis**

As áreas elegíveis foram definidas a partir do Estudo de Priorização de Municípios do Programa Reaatingar (Observatório da Caatinga e Desertificação), que classificou os municípios do bioma Caatinga com base em critérios relacionados ao nível de degradação da terra, frequência de secas, índice de aridez e incidência de pobreza rural. Além desses fatores, o estudo também considerou aspectos territoriais e socioambientais relevantes para a implementação das ações, buscando priorizar regiões com maior vulnerabilidade e potencial para o desenvolvimento de iniciativas integradas de restauração produtiva e adaptação climática. Para este edital, serão considerados elegíveis os municípios classificados nas categorias C4 (alta prioridade) e C5 (muito alta prioridade).

As ações de recuperação socioprodutiva deverão ser implementadas em um ou mais municípios listados no Anexo G deste Edital (Figura 1). Uma mesma proposta poderá contemplar áreas localizadas em diferentes municípios, desde que todos pertençam ao mesmo estado da federação.



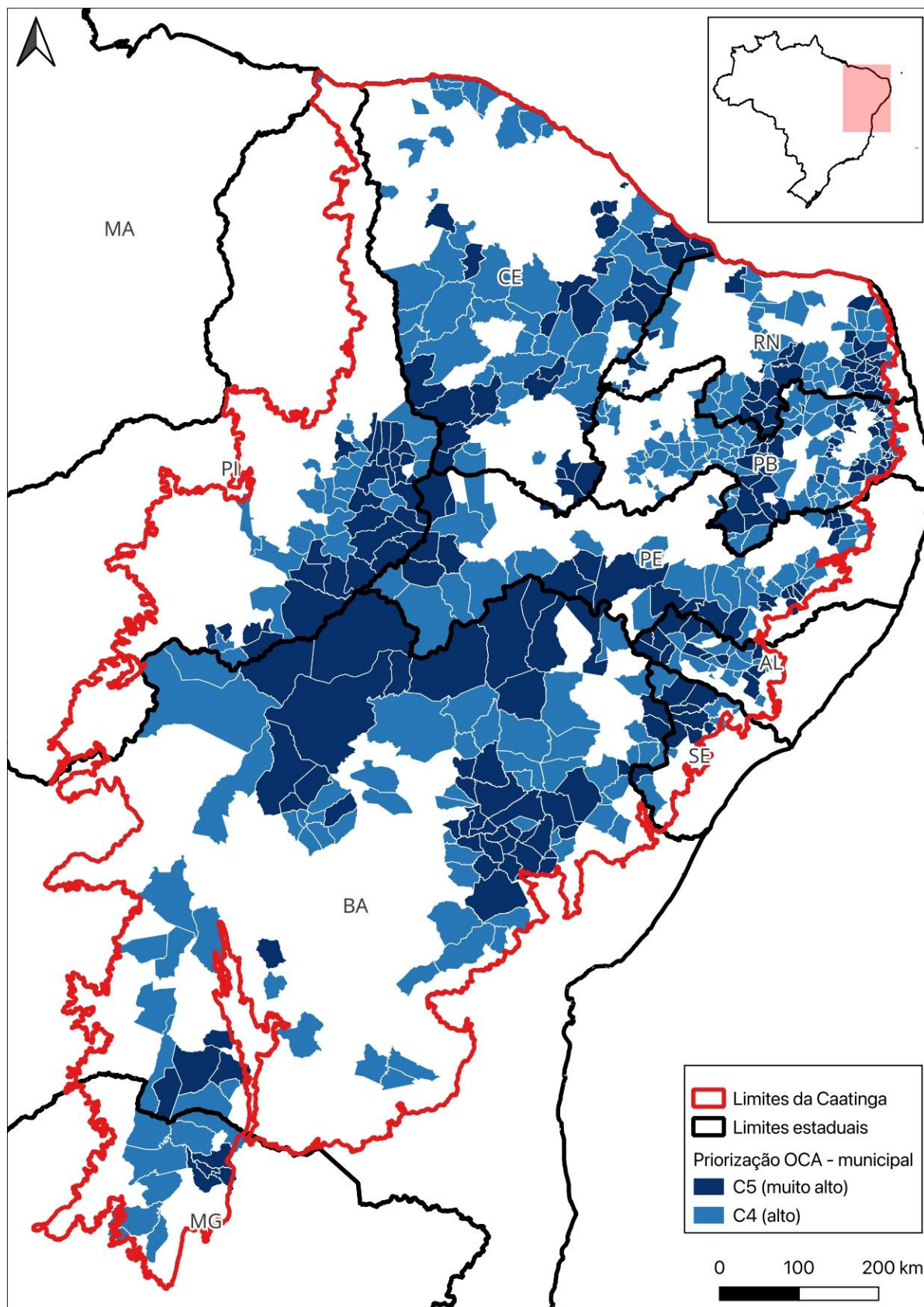


Figura 1 – Municípios Elegíveis para esse edital do Floresta Viva 2025 no bioma Caatinga

Além disso, as **atividades de recuperação socioprodutiva dos projetos** propostos neste Edital deverão ser implementadas, obrigatoriamente, em sua totalidade (100% da área em hectares), em:

- i. Áreas de Preservação Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (RL) em Assentamentos da Reforma Agrária, devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- ii. Áreas de Preservação Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (RL) em imóveis rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais, devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- iii. Áreas em Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e de outros Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs);
- iv. Unidades de Conservação, incluindo Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), à exceção daquelas constituídas como parte de acordos extrajudiciais, condicionantes/termos de licenciamentos e/ou compensação ambiental ou por determinação judicial<sup>2</sup>; e
- v. Áreas públicas não destinadas.

As **atividades de fortalecimento de cadeias produtivas**, tais como melhorias de viveiros e de unidades produtivas sustentáveis, poderão ser executadas em municípios que não estejam listados no Anexo G, inclusive em estados diferentes de onde serão realizadas as atividades de recuperação socioprodutiva, desde que estejam localizados no bioma Caatinga e relacionadas ao projeto proposto.

Conforme previsto nos critérios de avaliação deste Edital (item 29 deste Edital), serão mais bem pontuadas as propostas cujas ações de recuperação socioprodutiva:

- i) sejam realizadas majoritariamente (em hectares) em municípios listados na categoria C5, conforme informações disponibilizadas no Anexo G; e
- ii) sejam realizadas em áreas que contribuam para a formação de corredores ecológicos e para a conectividade da paisagem, inclusive por meio da articulação com iniciativas de restauração em andamento ou recentemente concluídas, favorecendo o aumento da biodiversidade e a recuperação funcional dos ecossistemas da Caatinga.

## 8. Instituição Proponente

**Cada proposta deve ter uma única instituição proponente responsável pelo projeto** (líder), que assinará contrato com a FBDS. A instituição proponente será a única responsável pela realização de toda e qualquer prestação de contas referente ao projeto apoiado no âmbito deste edital.

A instituição proponente poderá apresentar parcerias com outras instituições que fortaleçam a proposta do projeto, conforme descrito no item 9, a seguir.

**São critérios de observância obrigatória e de consequência eliminatória para as proponentes de projetos neste Edital:**

- Ser **pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, sediadas no País**, incluindo associações civis, fundações privadas e cooperativas em qualquer grau de constituição

---

<sup>2</sup> As intervenções em unidade de conservação devem respeitar as atividades permitidas em cada uma delas, conforme legislação e normativos vigentes.

- Ser **peças jurídicas de direito público interno federal e estadual, à exceção da União e de entidades a ela vinculadas que dependam de transferências orçamentárias desse ente público para sua manutenção.**
- Ser **legalmente constituída no Brasil há, pelo menos, 2 (dois) anos, contados da data de constituição até a data em que a proposta for submetida, quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado.** Esse critério será verificado com base na data de abertura da instituição constante no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (cartão CNPJ).

A instituição proponente deverá ter experiência em projetos de recuperação de áreas degradadas, conservação de ecossistemas, desenvolvimento sustentável, promoção da agroecologia ou convivência com o Semiárido. A experiência da instituição proponente líder e das instituições parceiras, se for o caso, será um critério classificatório, objeto de pontuação na avaliação das propostas, conforme definido no item “29. Critérios de Avaliação Quantitativa”. A experiência da instituição proponente em projetos no bioma e na área foco da proposta não é obrigatória, mas terá pontuação maior em caso afirmativo.

A experiência técnica e a capacidade administrativa da instituição proponente deverão ser apresentadas mediante descrição resumida das atividades realizadas que sejam relevantes ao tema do projeto e comprovadas através da apresentação de contratos assinados, atestados de responsabilidade técnica emitidos por entidades de classe, materiais impressos, notícias publicadas na imprensa, livros ou outros materiais (conforme descrito no Anexo A).

Para fins de pontuação, em caso de proposta incluindo instituições parceiras, será avaliada a capacidade de gestão financeira e administrativa apenas da instituição proponente (líder). No que tange às instituições parceiras, serão consideradas as suas capacidade e experiência técnicas, em conjunto com a capacidade e experiência técnica da instituição proponente.

## 9. Instituições Parceiras e Prestadoras de Serviço

Para executar o projeto, a instituição proponente líder pode se vincular a instituições com ou sem fins lucrativos que assumirão o papel de **Instituições Parceiras ou Prestadoras de Serviços**.

No caso das **Instituições Parceiras**, deverá estar demonstrado na proposta de que forma contribuirão para o projeto, identificando e detalhando que atividades específicas serão de sua responsabilidade. Poderão estar incluídas neste perfil, por exemplo, universidades, fundações e/ou instituições públicas de pesquisa, prefeituras municipais, órgãos estaduais de meio ambiente – OEMAs, comitês de bacias hidrográficas, associações municipais, instituições privadas com fins lucrativos, etc.

**Instituições Parceiras com finalidades lucrativas** poderão agregar valor ao projeto mediante o aporte de recursos financeiros, cessão de pessoal, bens ou serviços para o atingimento dos seus objetivos, porém não receberão qualquer tipo de repasse de recursos financeiros ou não financeiros da instituição proponente advindos deste Edital.

**Instituições Parceiras sem fins lucrativos** poderão agregar valor ao projeto mediante aporte de recursos financeiros ou cessão temporária de profissionais, bens, equipamentos e infraestrutura para execução do projeto. Poderão ainda ser contempladas pela instituição proponente como beneficiários de itens elegíveis da proposta, como bens e equipamentos, serviços, consultorias,

reformas, treinamentos e outros, desde que estejam em conformidade com os objetivos, estratégias, atividades e resultados esperados do projeto, **não sendo permitido o repasse de recursos financeiros da instituição proponente às instituições parceiras.**

**É possível, no entanto, incluir pessoas das Instituições Parceiras, de forma remunerada, na equipe que desenvolverá as atividades do projeto.** Nesse caso, fica admitida a remuneração da equipe técnica da instituição parceira vinculada ao projeto, na proporção do tempo cedido, vedado o pagamento a qualquer título a servidor ou empregado público integrante do quadro de pessoal permanente de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal com recursos financeiros do projeto, exceto nas situações previstas em lei.

**Prestadores de serviços ou fornecedores de bens e insumos** – esse grupo de parceiros não deve ser incluído na proposta, tendo em vista que é remunerado pelos serviços prestados ou pelos bens e insumos fornecidos ao projeto. Eles deverão ser escolhidos mediante processo seletivo, com comparação de preços (mínimo de 3 orçamentos) ou, excepcionalmente, de forma direta, desde que justificadamente e uma vez demonstrada a inviabilidade de competição.

Durante a execução do projeto, todas as aquisições e pagamentos deverão ser comprovadas à FBDS com apresentação de notas fiscais, recibos, contratos, convênios etc., conforme o caso.

Para cada instituição parceira, quando existente, deverá ser apresentada uma **Carta de Parceria** ou documento similar que comprove a parceria estabelecida, devidamente assinada eletronicamente pelo seu representante legal, pelo representante do setor ou da unidade responsável pelo projeto. Deverão também ser apresentados os documentos que comprovem a representação legal do signatário da Carta de Parceria (ata de eleição, decreto de nomeação, portaria de nomeação, termo de posse etc.), conforme descrito no Anexo B deste Edital.

A experiência técnica da instituição parceira deverá ser apresentada mediante descrição resumida das atividades realizadas que sejam relevantes ao tema do projeto e comprovadas através da apresentação de contratos assinados, atestados de responsabilidade técnica emitidos por entidades de classe, materiais impressos, notícias publicadas na imprensa, livros ou outros materiais (conforme descrito no Anexo B).

## 10. Equipe Técnica

**É obrigatório que seja prevista a participação contínua em todo o tempo de projeto de, pelo menos, 1 especialista/técnico em recuperação socioproductiva ou similar, e 1 analista financeiro ou similar.**

A apresentação da equipe técnica, no Anexo C, deve conter a atribuição de responsabilidades específicas e a dedicação prevista de cada profissional envolvido no projeto. A proposta deve descrever explicitamente a equipe e/ou os serviços envolvidos no desenvolvimento de todas as atividades do projeto, incluindo as ações relacionadas à recuperação socioproductiva, gestão e monitoramento do projeto.

Na descrição da equipe do projeto deve-se informar também se o profissional já faz parte do quadro técnico da instituição e a natureza do seu vínculo com a instituição proponente ou com a(s) instituição(ões) parceira(s) (conforme detalhado no Anexo C), ou se será contratado para executar

parte das ações do projeto. A experiência da equipe deverá ser demonstrada mediante apresentação de currículo, com ênfase nas experiências relevantes às suas responsabilidades no projeto.

Caso a instituição proponente não disponha de profissionais capacitados para assumir uma ou mais responsabilidades específicas, essas capacidades podem ser supridas mediante contratação de profissional por tempo determinado para sua equipe técnica ou pela contratação de prestadores de serviço para uma determinada atividade.

**A proponente deverá se responsabilizar integralmente pela elaboração e implementação da proposta**, inclusive em relação a toda a logística dela decorrente, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

- a) Apresentar à FBDS os dados da conta bancária especial do projeto, que será utilizada exclusivamente para o recebimento dos recursos e para todos os gastos do projeto;
- b) Permitir à FBDS o acesso à consulta eletrônica da conta bancária especial do projeto, durante toda a sua duração, incluindo o período de prestação de contas final;
- c) Utilizar os recursos desembolsados pela FBDS e/ou pelas Instituições Apoiadoras exclusivamente nas finalidades previstas para o projeto contratado;
- d) Indicar representantes junto à FBDS para atuar como Coordenador e Ordenador de Despesas do projeto;
- e) Promover a aquisição de bens e a contratação de serviços em conformidade com a legislação aplicável ao setor público, no caso de Entidades Executoras públicas, bem como zelar para que as compras, aquisições ou contratações de itens do projeto cumpram com as boas práticas estabelecidas pelo setor privado, de modo a serem adotados critérios de eficiência e autonomia que resultem em preços de mercado competitivos para as respectivas mercadorias e serviços, comprovando a realização da cotação de, pelo menos, 03 orçamentos, sempre que possível, acompanhado da respectiva justificativa de escolha final e/ou da justificativa da inviabilidade ou desnecessidade de realização de tal cotação;
- f) Providenciar todos os registros, licenças e documentação necessários à execução das obrigações contratadas em território brasileiro, inclusive em relação aos seus colaboradores, arcando com todos os custos inerentes à sua atividade;
- g) Mencionar, sempre com destaque, a colaboração financeira do BNDES e da(s) Instituição(ões) Apoiadora(s) e a parceria da FBDS na divulgação das ações apoiadas, incluindo, sempre que possível, as suas logomarcas;
- h) Submeter à aprovação prévia da FBDS o material destinado às divulgações relacionadas ao projeto;
- i) Enviar à FBDS os relatórios técnicos semestrais, em até 10 (dez) dias úteis após o término do período de abrangência do relatório;
- j) Enviar à FBDS os relatórios de acompanhamento físico-financeiro com as prestações de contas, semestralmente ou ao atingir 70% de execução dos recursos desembolsados ao projeto, o que acontecer primeiro, acompanhados do envio digital dos extratos bancários da conta corrente e aplicações e dos comprovantes de despesas, em até 10 (dez) dias úteis após o término do período de abrangência do relatório;
- k) Enviar o Relatório Final, em até 30 (trinta) dias corridos a contar da finalização do projeto, com a consolidação das informações apresentadas nos Relatórios de Resultados e de Acompanhamento Físico-Financeiro ao longo do período de execução do projeto;



- l) Inserir mensalmente as despesas do projeto na ferramenta de acompanhamento financeiro disponibilizada pela FBDS;
- m) Disponibilizar imagens digitais referentes à execução do projeto, incluindo as coordenadas georreferenciadas de todas as áreas;
- n) Afixar, nos veículos e demais equipamentos adquiridos no âmbito do projeto, adesivos com as logomarcas da FBDS, BNDES e Instituição(ões) Apoiadora(s);
- o) Disponibilizar pela internet, em sítio eletrônico da Entidade Executora, informações sobre as atividades executadas no âmbito do projeto, incluindo fotografias e textos atualizados periodicamente;
- p) Celebrar instrumento jurídico com os proprietários das áreas a serem restauradas com recursos provenientes do Edital em modelo previamente aprovado pela FBDS, assegurando que eventuais créditos de carbono e/ou de biodiversidade decorrentes das atividades apoiadas no âmbito do projeto não sejam negociados sem que o BNDES e as Instituição(ões) Apoiadora(s) autorizem e/ou participem dos respectivos contratos de certificação e emissão dos créditos.

Conforme definido no Anexo C, as propostas devem apresentar um organograma de toda a equipe prevista para o projeto, representando, de forma gráfica, a hierarquia e a responsabilidade de trabalho na equipe, identificando quem é o ponto focal de cada equipe e como cada equipe ou pessoa se relaciona com as demais. Este organograma deve incluir também a previsão das contratações que serão necessárias, descrevendo o número de pessoas por atividade.

## 11. Prazo de execução dos projetos

O prazo para a execução dos projetos deverá ser de até **60 (sessenta) meses**, contando a partir da data de assinatura do contrato entre a instituição proponente e a FBDS.

A implementação das ações iniciais de recuperação socioprodutiva deve ser concluída em até 36 meses da assinatura do contrato do projeto, de forma a garantir o monitoramento e a manutenção de todas as áreas em processo de recuperação socioprodutiva pelo período mínimo de 24 meses.

## 12. Montante de recursos deste Edital

Por meio deste Edital, serão disponibilizados até **R\$ 55.200.000,00 (cinquenta e cinco milhões e duzentos mil reais)** a serem distribuídos entre as propostas aprovadas<sup>3</sup>. Este Edital priorizará o apoio a pelo menos um projeto em cada estado da federação que contempla o bioma Caatinga (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), desde que alcancem a nota mínima prevista neste Edital. Estima-se selecionar entre 15 e 25 projetos no âmbito deste Edital.

---

<sup>3</sup> Este valor poderá ser ampliado em caso de eventual adesão de outras Instituições Apoiadoras a esse Edital.

Adicionalmente, serão disponibilizados, no âmbito deste Edital, recursos financeiros para apoiar atividades necessárias à certificação de todos os projetos selecionados visando à emissão de créditos de carbono e de créditos de biodiversidade.

As propostas serão avaliadas seguindo os critérios definidos no item “29. Critérios de Avaliação Quantitativa”. Os critérios visam à seleção de projetos que garantam o sucesso das intervenções em termos da recuperação socioprodutiva, da conservação da biodiversidade, do solo e da água, em alinhamento com os objetivos do Programa Recaatingar, e da expectativa de sustentabilidade dos resultados em longo prazo, sendo levados em conta também aspectos de economicidade.

As propostas que atingirem a pontuação mínima estabelecida no âmbito deste Edital (ver item “21. Processo de seleção de projetos”) seguirão para a etapa classificatória na qual, além da pontuação recebida, serão considerados, também, aspectos de distribuição dos recursos e projetos entre os estados da Caatinga e o montante de recursos disponíveis no Edital.

### 13. Contrapartidas

**Na proposta, é obrigatória a apresentação de contrapartidas que correspondam a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor solicitado para o projeto.** A apresentação de contrapartidas amplia o alcance da proposta, com aumento de viabilidade das ações pretendidas.

As contrapartidas oferecidas pela instituição proponente, por instituições parceiras ou por terceiros poderão ser de caráter financeiro ou de caráter não financeiro, a exemplo de disponibilidade de pessoal, bens, insumos, serviços e outros itens a serem avaliados na etapa de análise técnica da proposta (vide item 21) e precisam ser mensurados financeiramente mediante inserção de seus valores estimados em reais na proposta.

As contrapartidas não financeiras são todas aquelas derivadas de recursos diretamente investidos no projeto, como oferta de infraestrutura, pessoal, bens, insumos, serviços e outros itens a serem avaliados na etapa de análise técnica e jurídica. Para fins de contabilização da contrapartida relacionada a máquinas, equipamentos e veículos, deve ser considerado o valor de uso durante o desenvolvimento do projeto, não devendo, portanto, contabilizar o valor de aquisição ou valor de venda dos itens listados.

**A apresentação de contrapartidas de caráter financeiro é desejável, mas não obrigatória.** Caso haja, deverão ser depositadas pela proponente, por instituições parceiras ou por terceiros, na conta específica do projeto, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, admitido o depósito em parcela única por ocasião do primeiro desembolso.

Tendo em vista a vinculação da proposta, posteriormente, durante a execução do projeto, as contrapartidas, em todas as suas formas, deverão constar dos relatórios de acompanhamento dos projetos de acordo com os prazos definidos para apresentação das prestações de contas previsto no contrato de apoio financeiro estabelecido entre a FBDS e as instituições proponentes selecionadas.

### 14. Submissão das propostas e prazos

A seleção pública será realizada por ciclos de submissão de propostas, isto é, períodos determinados para apresentação das propostas e subsequente análise da Comissão Julgadora e divulgação de resultados, no âmbito desse Edital.

Assim, ao invés de um único período para apresentação de propostas, serão disponibilizados múltiplos períodos, com limite orçamentário específico, até que todos os recursos previstos para esse Edital sejam alocados. O escopo previsto para os projetos e os critérios de avaliação serão os mesmos para cada ciclo. Caso haja necessidade de alguma alteração, ela será justificada e amplamente divulgada.

A tabela a seguir apresenta as datas e horários de abertura e encerramento relativos a dois ciclos de submissão de propostas deste Edital, bem como o valor máximo destinado ao apoio das propostas selecionadas em cada ciclo.

Ciclo	Data de abertura	Horário de abertura	Data de encerramento	Horário de encerramento	Valor máximo	Data de divulgação do resultado
1	10/06/2026	11:00 de Brasília	10/08/2026 (60 dias)	18:00 de Brasília	R\$ 27.600.000,00	09/10/2026
2	15/10/2026	11:00 de Brasília	14/12/2026 (60 dias)	18:00 de Brasília	R\$ 27.600.000,00	01/03/2027

Propostas não selecionadas em determinado ciclo serão consideradas em ciclos subsequentes do mesmo Edital, se houver, desde que tenham atingido a nota mínima. Caso a instituição proponente decida revisar sua proposta e reapresentar no ciclo seguinte, para fins de melhoramento de nota, será considerada pela Comissão Julgadora a nova proposta submetida. Neste caso, recomenda-se observar as orientações elaboradas pela Comissão Julgadora do Edital e informadas às instituições proponentes pela FBDS, caso haja, para fins de melhoria da pontuação recebida.

Conforme prazos estabelecidos, as propostas deverão ser apresentadas por meio do preenchimento do formulário eletrônico, acessível no *website* deste Edital:

<https://floresta-viva.fbds.org.br/>

Toda a documentação necessária, detalhada no item 15, a seguir, deverá ser anexada conforme solicitado no formulário online. Durante o preenchimento do formulário, tanto os campos quanto os arquivos anexados poderão ser alterados. Contudo, após o envio, não será mais possível realizar quaisquer modificações ou substituições.

**ATENÇÃO:** O preenchimento do formulário só poderá ser feito a partir de contas de *e-mail* do Google (Gmail). Isso é necessário para que o formulário possa ser editado ao longo de seu preenchimento, com salvamentos automáticos, nos períodos estipulados neste Edital para apresentação das propostas. Embora os campos do formulário possam ser editados, todas as respostas e os arquivos anexados não poderão ser substituídos ou excluídos após o envio (*upload*).

As instituições proponentes devem se preparar com antecedência e tomar todas as providências necessárias para a submissão da proposta na forma e tempo previstos neste Edital.

A FBDS não se responsabiliza por inscrições não concretizadas em decorrência de eventuais problemas técnicos ou falhas na transmissão de dados, comunicação, congestionamentos das linhas



de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Assim, é recomendado o envio da proposta e todos os demais anexos antes do dia do encerramento do prazo deste Edital.

A FBDS realizará, a cada ciclo, pelo menos uma oficina de divulgação e orientação sobre o Edital, em formato presencial, virtual ou híbrido, com gravação e disponibilização para os interessados.

Os interessados devem ficar atentos a todas as atualizações realizadas pela FBDS no *website* deste Edital.

Caso o valor total das propostas selecionadas para um ciclo não seja suficiente para esgotar o valor máximo previsto, a sobra de recursos poderá ser alocada para o(s) ciclo(s) seguinte(s), conforme decisão do Núcleo Gestor do Edital.

Poderão ser realizados ciclos adicionais, caso o valor total das propostas selecionadas nos dois ciclos previstos não seja suficiente para esgotar o valor total de recursos alocados para este Edital ou em caso de adesão de novas Instituições Apoiadoras. As informações sobre eventuais ciclos adicionais serão divulgadas no *website* deste Edital.

No último ciclo de cada Edital, as propostas que obtiverem nota mínima, mas não forem selecionadas por indisponibilidade de recursos, poderão ser direcionadas, pelo Núcleo Gestor, para compor o Cadastro de Reserva do Edital, de modo a aguardar eventual impossibilidade de contratação de alguma das propostas selecionadas neste ciclo ou em ciclos anteriores do mesmo Edital.

Cada instituição proponente poderá apresentar apenas uma proposta por ciclo. Uma vez selecionada em um dos ciclos, a instituição proponente não mais poderá apresentar novas propostas no âmbito deste Edital.

## 15. Documentos necessários para submissão da proposta

Junto com a proposta técnica, a ser apresentada de acordo com os requisitos descritos e os Anexos A, B (quando houver instituição parceira), C, D e E a este Edital, a instituição proponente **deverá enviar os seguintes documentos**:

1. Comprovante de Inscrição Cadastral da Receita Federal/Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (cartão CNPJ) em situação regular;
2. Estatuto social vigente, com o devido registro em cartório;
3. Ata de eleição e posse da diretoria em exercício, com o devido registro em cartório;
4. Instrumento de mandato de representante, quando cabível;
5. Documentos pessoais (Cédula de identidade e CPF) do(s) representante(s) legal(is);
6. Demonstrações financeiras disponíveis dos últimos 3 (três) anos;
7. Declaração de regularidade e conformidade (ANEXO F); e
8. Cartas de Parceria das instituições parceiras, quando existentes.

Adicionalmente, é **desejável o envio dos seguintes documentos** junto às propostas, podendo ser considerados para fins de avaliação conforme previsto no Item 29. “Critérios de Avaliação Quantitativa”:

- a) Cartas de anuência do órgão responsável pela gestão da área protegida e das comunidades tradicionais ou povos indígenas envolvidos registrando seu apoio à realização do projeto, quando cabível. **Este documento será obrigatório para a primeira liberação de recursos, caso a proposta seja selecionada;**
- b) Termos de adesão do(s) proprietário(s)/possuidores de terra e/ou de seus prepostos legalmente constituídos, concordando explicitamente com as atividades de recuperação socioprodutiva em suas propriedades, quando cabível. **Este documento será obrigatório para a primeira liberação de recursos, caso a proposta seja selecionada.**

## 16. Comunicação com a FBDS sobre dúvidas deste Edital

A comunicação das instituições proponentes de projetos desse Edital junto à FBDS será feita estritamente pelo *e-mail* [fv2025.recaatingar@fbds.org.br](mailto:fv2025.recaatingar@fbds.org.br). Não serão aceitas cartas físicas, nem recebidas ligações telefônicas para o esclarecimento de qualquer ponto relativo a esse Edital. O *e-mail* da instituição proponente informado no formulário de inscrição e na proposta técnica deve ser válido e verificado com frequência pela instituição proponente. A falha ou a demora em responder *e-mails* enviados não serão aceitas como justificativa para a perda de prazos, com exceção de casos nos quais haja manifestação prévia da FBDS, neste sentido.

Todas as perguntas e dúvidas deverão ser feitas via e-mail. A FBDS publicará todas as perguntas e respostas no *website* deste Edital, sem que seja feita qualquer referência à instituição proponente.

## 17. Estrutura e Diretrizes para Elaboração das Propostas

**Todas as propostas deverão ser elaboradas seguindo a estrutura e as orientações gerais nas descrições dos itens 18 e 19.**

As propostas deverão ser enviadas seguindo as orientações que constam neste Edital e em **todos** os anexos identificados a seguir:

- **Anexo A:** Dados Cadastrais e Currículo da Instituição Proponente
- **Anexo B:** Identificação da(s) Instituição(ões) Parceira(s) e suas Atividades
- **Anexo C:** Apresentação Geral da Proposta
- **Anexo D:** Cronograma de Execução Física do Projeto
- **Anexo E:** Orçamento e Cronograma de Desembolso
- **Anexo F:** Declaração de Inexistência de Pendências
- **Anexo G:** Lista de Áreas Prioritárias e Municípios Elegíveis.

Além dos anexos listados acima, **deverão ser submetidos todos os documentos obrigatórios descritos no item 15 deste Edital.**

## 18. Orientações gerais para elaboração das propostas

O detalhamento das informações sobre o projeto proposto deve ser apresentado conforme modelo disponível no Anexo C. Todos os campos e tabelas são de preenchimento obrigatório, a menos que haja indicação contrária.

### a) Definição das áreas de implementação da recuperação socioprodutiva:

- Cada proposta deverá prever uma área mínima de 50 hectares e área máxima de 100 hectares para recuperação socioprodutiva, sendo permitida a contabilização de uma área contínua ou de um conjunto de áreas não contínuas (ver item 7. Áreas Elegíveis);
- As áreas previstas para recuperação socioprodutiva deverão estar localizadas nos municípios listados no Anexo G, buscando alinhamento com plano de manejo de Bacias Hidrográficas, quando houver, e classificadas em uma ou mais das seguintes categorias:
  - i. Áreas de Preservação Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (RL) em Assentamentos da Reforma Agrária, devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
  - ii. Áreas de Preservação Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (RL) em imóveis rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais, devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
  - iii. Áreas em Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e de outros Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs);
  - iv. Unidades de Conservação, incluindo Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), à exceção daquelas constituídas como parte de acordos extrajudiciais, condicionantes/termos de licenciamentos e/ou compensação ambiental ou por determinação judicial<sup>4</sup>; e
  - v. Áreas públicas não destinadas.
- O presente Edital não apoiará ações de recuperação socioprodutiva em imóveis rurais privados com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais<sup>5</sup>;
- As atividades de **recuperação socioprodutiva** em propriedades privadas ou assentamentos rurais devem respeitar as diretrizes previstas no Programa de Regularização Ambiental – PRA, no Cadastro Ambiental Rural – CAR e nos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADAS. Os imóveis rurais onde serão realizadas as atividades de **recuperação socioprodutiva** dos projetos deverão estar inscritos no CAR, conforme a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro) e o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, previamente à implementação das ações de **recuperação socioprodutiva**;
- As áreas escolhidas para recuperação socioprodutiva não poderão estar em municípios que não estejam listados no Anexo G;

<sup>4</sup> As intervenções em unidade de conservação devem respeitar as atividades permitidas em cada uma delas, conforme legislação e normativos vigentes.

<sup>5</sup> Nas propriedades coletivas será considerada fração de cada proprietário.

- É permitido que cada proposta desenvolva atividades de recuperação socioprodutiva em mais de um município. No entanto, não serão aceitas propostas que contenham áreas em municípios de diferentes estados;
- As propostas não poderão incluir áreas para as quais já existam obrigações vigentes que imponham a sua recuperação derivadas de: i) autuações administrativas por infrações à legislação ambiental; ii) decisões judiciais; iii) acordos de compensação ambiental; ou iv) condicionantes de licença ambiental.
- As propostas deverão apresentar, por meio de mapas (ainda que preliminares), a localização das áreas previstas para recuperação socioprodutiva, o tamanho de cada área, o tamanho total das áreas a serem restauradas pelo projeto (com a possibilidade de contabilizar áreas descontínuas) e, quando possível, o polígono de cada área a ser restaurada pelo projeto, com base em dados georreferenciados e seus *shapefiles*. A proposta deverá indicar a metodologia empregada para identificação da localização e do tamanho das áreas a serem restauradas;
- São incentivadas propostas em áreas onde já existam esforços de recuperação socioprodutiva e/ou restauração ecológica em nível de paisagem, a fim de maximizar o impacto positivo do projeto e fortalecer a sustentabilidade e a permanência das ações implementadas, buscando o fortalecimento dos elos da cadeia da restauração na região.
- São incentivadas propostas que tenham anuência, por meio de documento expresso, de Conselhos Municipais e/ou Estaduais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável, de modo a construir sinergias e conexões com processos de controle social das atividades ambientais e socioprodutivas.

**b) Atividades elegíveis:**

- Implementação de técnicas de **restauração ecológica**, exclusivamente com espécies nativas da Caatinga, de forma a otimizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos e corroborar com o desenvolvimento e a permanência das áreas implantadas;
- Implementação de tecnologias sociais adaptadas ao Semiárido, técnicas e práticas de **recuperação socioprodutiva**, priorizando a participação ativa das comunidades locais e incluindo o manejo sustentável do solo, a recuperação de corpos hídricos naturais, a conservação da água, a produção de base agroecológica, a implantação de sistemas agroflorestais e/ou o uso sustentável da Caatinga;
- **Formação e assistência técnica e extensão rural (ATER)** relacionadas aos objetivos do Edital. Com vista a promover sustentabilidade das ações após a conclusão do projeto, são incentivadas ações de formação para comunidades locais, agentes socioambientais, agentes de ATER e gestores locais;
- **Fomento à sociobioeconomia** incluindo investimentos e atividades para o fortalecimento das cadeias produtivas da restauração ecológica e produtiva, dos produtos da sociobiodiversidade e da agrobiodiversidade, com o objetivo de promover um cenário regional apto para a continuidade das ações após a conclusão do projeto e a geração de renda para os atores locais. Essas atividades podem incluir, por exemplo, a capacitação profissional desses atores, produção de sementes e mudas de espécies nativas e da agrobiodiversidade local, incluindo a utilização de espécies ligadas às cadeias de produtos locais da sociobiodiversidade, atividades

de fortalecimento da sociobioeconomia ligadas à recuperação da vegetação, e atividades para o desenvolvimento organizacional de associações e cooperativas locais;

- **Ações de prevenção e combate a incêndios florestais, sobretudo aquelas preconizadas por práticas de Manejo Integrado do Fogo (MIF)**, em articulação com a FUNAI, INCRA, OEMAs, ICMBio e o IBAMA, são permitidas e incentivadas, devendo ser justificada sua relevância para a manutenção das atividades de recuperação socioprodutiva no contexto local e considerando-se a dinâmica natural de incêndios na área contemplada na proposta; e
- **Ações para provisão de água para as áreas de recuperação socioprodutiva** e a manutenção da produção são permitidas e incentivadas e podem incluir cercamento do perímetro de nascentes (isolamento de animais para evitar compactação), contenção de sedimentos, melhorando a infiltração da água, e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, entre outras.

**c) Diretrizes para a recuperação socioprodutiva:**

- A apresentação das áreas selecionadas deve incluir um breve diagnóstico contendo o histórico e os fatores de degradação da área a ser recuperada. Caso estes fatores ainda estejam presentes, apresentar as estratégias para combatê-los;
- As instituições proponentes devem explicitar na proposta o grau de atuação prévia no território e interação junto às comunidades locais, proprietários das áreas privadas e/ou órgãos gestores das áreas protegidas, informando as articulações realizadas e parcerias estabelecidas que demonstrem interesse e viabilidade para executar o projeto;
- As propostas devem incluir uma descrição dos mecanismos e das ferramentas a serem utilizados para disponibilizar informações aos atores envolvidos e aos demais interessados. Sempre que o projeto for realizado em territórios em que existam povos indígenas e/ou outros povos e comunidades tradicionais, as propostas deverão prever mecanismos de Consulta Livre Prévia e Informada. Em caso de inexistência de protocolos elaborados pelas comunidades, deverá a instituição proponente, em conjunto com a comunidade, elaborar estratégias de interação mútua e informar na proposta;
- As atividades de recuperação socioprodutiva deverão priorizar o uso de espécies nativas da Caatinga. A depender da técnica de recuperação adotada, espécies não invasoras da agrobiodiversidade local poderão ser utilizadas, na forma das normas ambientais aplicáveis, levando em consideração o contexto sociocultural local e melhores técnicas para cada área. É incentivado ainda a inclusão de espécies zoocóricas (cujas sementes e frutos são dispersos pela fauna) de modo acelerar a recuperação do ecossistema e contribuir para os processos de sucessão ecológica, auxiliando na sustentabilidade de médio/longo prazo das áreas recuperadas;
- A proposta deverá apresentar a metodologia e o(s) profissional(is) responsável(is) pelo preparo das áreas e pelas ações de recuperação, um diagnóstico acerca da viabilidade das técnicas e tecnologias sociais selecionadas, bem como avaliação da cadeia de fornecimento de insumos, equipamentos, mão de obra que garantam eficiência operacional. Deverão ser apresentadas, ainda, as estratégias para as etapas de manutenção e monitoramento das áreas em processo de recuperação;
- As propostas deverão apresentar a estratégia utilizada para garantir o fornecimento de mudas, sementes e outras formas propagativas para as atividades previstas, que deverão

prioritariamente envolver a mão de obra local, os bancos de sementes comunitários e as mudas de viveiros locais, o que será considerado um diferencial da proposta apresentada neste Edital. Deverão ser priorizados ainda empresas, associações e cooperativas lideradas por mulheres e jovens<sup>6</sup>;

- Devem ser propostas técnicas, tecnologias e metodologias de recuperação socioprodutiva e restauração já consagradas para utilização no bioma Caatinga.
- O conjunto de técnicas selecionadas deve demonstrar a relação custo-benefício, buscando alternativas de custo mais baixo de implantação, como, por exemplo, as de condução da regeneração natural (cercamento, transplante de solos/banco de sementes, poleiros artificiais, retirada de espécies invasoras etc.) sempre que as condições locais permitirem, de modo a favorecer a celeridade e qualidade dos processos de **recuperação socioprodutiva**. A adequação dos custos de recuperação por hectare, conforme as técnicas propostas e demais atividades do projeto, será avaliada como critério para seleção das propostas, conforme definido no item 29 deste Edital.
- As propostas deverão prever a adoção de instrumentos de documentação, acompanhamento, monitoramento, avaliação e adequação das atividades e de seus resultados e impactos. Para o monitoramento do sucesso da recuperação socioprodutiva deverão ser definidos indicadores<sup>7</sup> e valores mínimos para cada indicador a serem atingidos ao longo do projeto;
- As propostas deverão contemplar análise de risco social, ambiental, climático, econômico e de qualquer outra natureza que impacte comunidades do entorno, o projeto, a instituição, e/ou a FBDS, ao BNB e ao BNDES, e as medidas para evitar ou mitigar os riscos identificados, de forma a garantir o alcance das metas de **recuperação socioprodutiva** propostas;
- As propostas deverão incluir uma estratégia de comunicação amplamente acessível das ações e dos resultados alcançados. Os custos para as ações de comunicação, incluindo eventual profissional e/ou equipe de comunicação com dedicação a tais atividades, deverão estar previstos no orçamento do projeto ou como recursos de contrapartida.

#### **d) Créditos de Carbono e Créditos de Biodiversidade:**

- Ao submeter a proposta a este Edital, os proponentes declaram estar cientes de que os eventuais créditos de carbono e/ou de biodiversidade decorrentes das atividades de restauração e recuperação socioprodutiva apoiadas no âmbito do projeto não poderão ser negociados sem autorização do BNDES e do BNB. No caso da efetiva geração de créditos, a repartição dos eventuais benefícios será discutida com os diferentes atores diretamente relacionados ao projeto (proprietários e responsáveis legais das terras, executores dos projetos, BNDES e BNB) previamente à elaboração do projeto de carbono e/ou de biodiversidade, que será elaborado a partir do conjunto de projetos a serem apoiados pelo Edital;
- Mesmo quando houver geração de créditos de carbono e/ou de biodiversidade, o território restaurado não ficará sob a gestão da FBDS, BNDES e/ou BNB em nenhuma hipótese. As áreas

---

<sup>6</sup> Assim consideradas as pessoas entre 15 e 29 anos, conforme Lei 12.852/2013.

<sup>7</sup> Deverão ser considerados, no mínimo, 3 indicadores, a depender das especificidades e das metodologias mais utilizadas: I - cobertura do solo com vegetação nativa, em porcentagem; II - densidade de indivíduos nativos regenerantes, em indivíduos por hectare; e III - número de espécies nativas regenerantes.

restauradas, sejam elas públicas ou privadas, permanecerão sob a gestão dos seus proprietários ou responsáveis legais.

**e) Orientações gerais e documentação:**

- As propostas que incluem ações em unidades de conservação, assentamentos da reforma agrária e terras indígenas deverão apresentar, ou prever a apresentação, de manifestação favorável/interveniência do órgão gestor da unidade de conservação, do órgão de terras competente e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI (esta última quando os projetos não forem propostos e executados diretamente por organizações indígenas), respectivamente, as quais deverão ser apresentadas antes do início das ações de recuperação socioprodutiva e de acordo com o Anexo B deste Edital. Quando as exigências acima forem aplicáveis, a instituição proponente selecionada declara ter ciência de que não receberá recursos oriundos deste Edital sem a apresentação prévia dos referidos documentos;
- As propostas que previrem a recuperação socioprodutiva em imóveis rurais privados deverão apresentar Termos de Adesão dos proprietários e/ou de associações comunitárias situadas nas áreas a serem restauradas. Este termo de adesão deverá autorizar e possibilitar o acesso e o desenvolvimento das atividades na área e atestar o compromisso de manutenção das áreas em processo de recuperação socioprodutiva após o encerramento do projeto. **O envio dos termos de adesão é desejável, mas não é obrigatório no momento de submissão das propostas**, devendo ser apresentados pelos projetos contratados como condição para a primeira liberação de recursos ao projeto;
- Comprovar, no caso de obras civis e investimentos fixos, a documentação referente à posse ou titularidade do imóvel onde serão realizados os investimentos. Para ações de plantio e/ou sistemas agroflorestais poderá ser apresentada, em relação ao imóvel objeto da recuperação florestal, declaração e/ou termo de adesão ao projeto, nos moldes descritos acima. Aplica-se neste caso a mesma orientação anterior de ser desejável, mas não obrigatória, a apresentação na submissão da proposta. Da mesma forma, quando a exigência referenciada neste item for aplicável, a instituição proponente tem ciência de que deverá apresentar os documentos como condição para a primeira liberação de recursos ao projeto;
- Na elaboração da proposta e implementação do projeto, as instituições proponentes devem estar atentas aos **aspectos relacionados à promoção da diversidade de gêneros, intergeracional, de raça e etnia, identificação e orientação sexual e inclusão de povos indígenas, demais povos e comunidades tradicionais e apenados**. Tal item será parte da avaliação da instituição proponente, conforme detalhado no subcritério 2.3 descrito no item “29. Critérios de Avaliação Quantitativa” deste Edital.
- **A participação de mulheres; indígenas; autodeclarados pretos, pardos, e/ou pertencentes a povos ou comunidades tradicionais; jovens de 15 a 29 anos e pessoas acima de 60 anos; apenados e pessoas LGBTQIAPN+, em especial em cargos de liderança, por meio de ações positivas conduzidas com esse objetivo específico**, em todas as etapas de planejamento, execução e monitoramento das atividades do projeto.
- É incentivado o envolvimento como trabalhadores da recuperação socioprodutiva de pessoas que estejam em cumprimento de alternativas penais, em cumprimento de pena privativa e/ou



restritiva de liberdade e pessoas egressas do sistema prisional, bem como suas famílias, fortalecendo perspectivas de reintegração social e de justiça racial e climática.

- Adicionalmente, serão mais bem avaliadas as propostas que contemplem maior número de famílias beneficiadas e que promovam impactos socioeconômicos mais relevantes na região.

## 19. Orientações específicas para elaboração das propostas

### 19.1. Elaboração do Plano de Trabalho

Todos os proponentes deverão estar cientes que, caso sua proposta seja selecionada, deverá ser apresentado um Plano de Trabalho detalhado para a(s) área(s) indicadas(s) **em até 3 (três) meses após a liberação do primeiro desembolso ao projeto**. O Plano de Trabalho deve ser elaborado por, pelo menos, um **profissional responsável com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)<sup>8</sup> ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT)<sup>9</sup>**.

Para a elaboração do **Plano de Trabalho, recomenda-se a participação** das comunidades e povos locais diretamente beneficiados. Quando os projetos envolverem Terras Indígenas e não forem propostos e executados diretamente por organizações indígenas, devem ser respeitadas as orientações dos respectivos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e Protocolos de Consulta, quando existentes.

Após a apresentação do Plano de Trabalho, a instituição proponente deverá apresentar uma declaração de que, sob pena de responsabilização, não há instrumento legal vigente que obrigue a restauração ou recuperação socioproductiva da área na qual será realizado o projeto.

#### **O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo:**

- Caracterização/diagnóstico das áreas quanto à sua fitofisionomia, estado de conservação, seu potencial de regeneração natural, condições edáficas, **aspectos sociais e produtivos**, uso predominante da área (cobertura do solo), presença de espécies indesejáveis e coordenadas em UTM da(s) área(s) a ser(em) restaurada(s) (DATUM Sirgas 2000);
- Caracterização da área protegida, para o caso de terras indígenas e de outros PCTs, categoria, ano de criação, órgão gestor ou responsável, histórico, aspectos bióticos e abióticos, instrumentos de gestão (plano de manejo, conselho etc.), usos atuais, descrição do entorno, principais ameaças à gestão e todos os demais atributos inerentes à área;
- Planta georreferenciada da situação da área e sua localização, indicando unidades de conservação, Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal (RL), informações sobre o CAR de imóveis rurais, hidrografia, vias de acessos, remanescentes de vegetação nativa e demais tipos de uso e cobertura do solo, entre outros;
- Mapeamento das mudanças na cobertura do solo e na hidrografia ocorridas ao longo do tempo, com base em mapas históricos, fotos aéreas e/ou imagens de satélite. Esse

<sup>8</sup> <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/anotacao-de-responsabilidade-tecnica-art>

<sup>9</sup> <https://cft.org.br/termo-de-responsabilidade-tecnica-seguranca-e-transparencia-no-exercicio-legal-da-profissao/>



mapeamento deve explicitar, sempre que possível, o tipo de cobertura vegetal existente anteriormente e o período (ano) em que a cobertura vegetal foi retirada;

- Localização e identificação das comunidades e propriedades afetadas direta e indiretamente pelo projeto, bem como as formas de acesso à área do projeto;
- Breve diagnóstico socioeconômico das comunidades do entorno da(s) área(s) a ser(em) restaurada(s);
- Descrição das atividades e formas de uso da terra realizadas atualmente na área do projeto;
- Caracterização/diagnóstico físico e químico do solo das áreas que serão restauradas;
- Definição de diretrizes e estratégias para a recuperação socioprodutiva das áreas mapeadas, incluindo o histórico de degradação da área, o método de priorização das áreas e os resultados, as técnicas mais adequadas para a recuperação dos solos (quando necessário) e da vegetação de acordo com o diagnóstico realizado, e as possibilidades de parcerias e envolvimento das comunidades e povos locais;
- Mapeamento das poligonais das áreas a serem restauradas com identificação numérica de cada área e indicação da localização destas poligonais na área protegida;
- Definição do método de monitoramento do sucesso da recuperação socioprodutiva, considerando os protocolos, indicadores e valores de referência existentes para cada região;
- Definição da logística e das atividades preliminares, complementares e posteriores necessárias para a execução dos métodos de recuperação socioprodutiva selecionados e as ações de manutenção das áreas em processo de recuperação (replantio, capina, controle de plantas invasoras e/ou abafadoras, controle de formigas cortadeiras, adubação, controle de erosão, irrigação, manutenção de aceiros, instalação de cerca etc.), coleta periódica de imagens panorâmica das áreas em processo de recuperação socioprodutiva, por exemplo, com uso de drone ou imagem de satélite com resolução suficiente, inclusive após o fim do projeto, considerando as especificidades dos métodos adotados. A logística definida deverá levar em consideração a sazonalidade, os padrões hidrológicos e a geomorfologia da região e, quando presentes, os aspectos socioculturais de uso da área, com um planejamento das atividades que garanta o melhor período para a sua realização;
- Definição das espécies vegetais a serem empregadas, considerando sua ocorrência regional e na área objeto de **recuperação socioprodutiva**, a ocupação de diferentes estratos, conforme a fitofisionomia a ser restaurada, os grupos funcionais e as diferentes formas de vida da vegetação, informando categoria de risco de extinção, de acordo com as listas do MMA e do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) e grau de endemismo de todas elas. É incentivada a inclusão de espécies classificadas como “Quase ameaçada” ou em situação mais grave de ameaça, segundo o CNCFlora e outras listas e instrumentos existentes para a área de atuação do projeto;
- Identificação das fontes de sementes (semeadura direta), mudas (viveiro implantado ou aquisição de mudas nativas) e outras formas propagativas;
- Identificação de conflitos existentes na área e potenciais riscos para o atingimento das metas de recuperação socioprodutiva propostas, incluindo uma descrição das medidas para diminuir os riscos externos quanto ao alcance das áreas mínimas a serem restauradas. O Plano de Trabalho deverá apresentar as ações e os insumos necessários para eliminar, diminuir e/ou mitigar os riscos externos do não alcance das metas previstas, tais como abertura e

manutenção de aceiros, regeneração de áreas maiores do que o previsto inicialmente, implantação de barreiras naturais (bananeiras e cactáceas) como corta-fogo no entorno, ações integradas multissetoriais de prevenção e combate a incêndios florestais na região, dentre outras, de forma a garantir que a meta estabelecida para o projeto seja alcançada;

- Cronograma detalhado, informando trimestralmente todas as atividades das fases de implantação, manutenção e monitoramento das áreas de recuperação socioproductiva;
- Descrição dos insumos (serviços, material de consumo, consultorias, mão-de-obra, equipamentos etc.) e custos por insumo e atividades necessárias para a execução;
- Definição do custo total de recuperação por hectare;
- Definição do método de articulação, mobilização e envolvimento dos atores locais e divulgação do projeto, incluindo o estabelecimento de uma rede de parcerias e estratégia para garantir a manutenção das áreas em processo de recuperação, observadas as orientações anteriores referentes à Consulta Livre Prévia e Informada em caso de execução em projeto em territórios que abranjam comunidades indígenas ou outros povos e comunidades tradicionais;
- Definição do método de integração de gênero, raça e etnia, buscando aplicar diversidade, equidade e igualdade às ações executadas no projeto.
- Definição de método e estratégia para envolvimento de pessoas idosas como detentoras dos conhecimentos e saberes ancestrais sobre o território, a Caatinga e suas dinâmicas ecológicas, culturais e socioproductivas.

Os custos totais do projeto deverão incluir a somatória de todas as despesas elegíveis, incluindo os custos de gerenciamento, de articulação e mobilização, de diagnóstico e elaboração do Plano de Trabalho, de implementação do plano, atividades de fortalecimento das cadeias produtivas, capacitações, monitoramento, comunicação e demais atividades previstas. O Anexo E: Orçamento e Cronograma de Desembolsos apresenta uma lista de objetivos padrão que devem estruturar a elaboração do orçamento e a apresentação das despesas previstas pelo projeto.

Os valores totais dos projetos não serão alterados com a elaboração do Plano de Trabalho e, portanto, **o orçamento total apresentado na proposta deverá ser condizente com a situação local e as metodologias de recuperação socioproductiva que serão de fato escopo do projeto**, além de considerar eventuais variações nos custos de insumos e mão-de-obra ao longo do período de execução do projeto.

Durante a execução poderão ser admitidos remanejamentos entre diferentes tipos de gastos previstos, desde que haja justificativas técnicas e aprovação da FBDS e, quando pertinente, do Núcleo Gestor do Edital.

## **19.II. Implementação do Plano de Trabalho**

A implementação do Plano de Trabalho ocorrerá apenas após sua prévia aprovação pelo Núcleo Gestor do Edital e comprovação da regularidade socioambiental das áreas onde serão executadas as atividades, havendo a possibilidade de solicitação de adequações metodológicas com a apreciação deste produto.

Os processos e as atividades seguirão as descrições do Plano de Trabalho elaborado e aprovado, de forma a se adequar o emprego das melhores técnicas com a otimização de tempo e recursos na consolidação da área em recuperação.

Para todas as etapas relativas às ações de recuperação socioprodutiva, deverão ser seguidas as Normas Regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho aplicáveis às atividades rurais - especialmente a NR01<sup>10</sup> e NR31<sup>11</sup>. Assim, devem ser previstos, para as equipes de campo, equipamentos de proteção individual (EPI), condições adequadas para todos os trabalhadores, garantindo a plena realização das atividades, o bem-estar e a integridade física do pessoal. Deste modo, é importante considerar as melhores formas de contratação de trabalhadores rurais para as ações de intervenção para assegurar todos os quesitos trabalhistas e de atendimento aos objetos do projeto. No caso de envolvimento dos atores locais na realização das ações de implantação e manejo das áreas, o que é um fator de diferenciação da proposta em tela, deverão ser previstos, além dos equipamentos de proteção individual, treinamentos para o manuseio e uso seguro de ferramentas e de segurança do trabalho, entre outras medidas cabíveis.

Adicionalmente, devem ser previstas e implementadas medidas para prevenção de impactos negativos para as comunidades das áreas de implementação do projeto e de seus entornos e prevenção de geração de poluição pelo projeto.

### **19.III. Fortalecimento de Cadeias Produtivas**

Espera-se que as propostas apresentem também **atividades de capacitação dos atores locais e/ou outras ações visando ao fortalecimento das cadeias produtivas da restauração ecológica, da recuperação socioprodutiva e dos produtos da sociobiodiversidade e da agrobiodiversidade**. Essas atividades podem incluir a mobilização das lideranças, comunidades e povos locais, com enfoque para a demonstração da importância dessa cadeia produtiva para a região, a apresentação das potencialidades e desafios e a criação de estratégias de gestão participativa dos diferentes elos (atores) da cadeia, dentre outras perspectivas consideradas necessárias pela instituição proponente. **Estas atividades deverão ter como objetivo a criação de um cenário regional apto para a continuidade de ações de recuperação socioprodutiva e permanência das ações desenvolvidas pelo projeto, bem como a geração de renda para os atores envolvidos, e adotando ações afirmativas com relação às questões de gêneros, intergeracional, de raça e etnia, identificação e orientação sexual e inclusão de povos indígenas, demais povos e comunidades tradicionais e apenados.**

São considerados atores das cadeias produtivas: produtores rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agentes de assistência técnica e extensão rural, coletores de sementes e viveiristas produtores de mudas e outras formas propagativas de espécies nativas, produtores de alimentos e outros produtos da sociobiodiversidade e da agrobiodiversidade com métodos tradicionais, representantes de associações, cooperativas e sindicatos rurais, representantes de organizações não-governamentais, empresas implementadoras de projetos de restauração e recuperação socioprodutiva, dentre outros.

As capacitações dos atores locais poderão abranger também temas como: técnicas de restauração ecológica e produtiva, produção de substratos, sementes, mudas e outras formas

---

<sup>10</sup> <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2025-i-3.pdf>

<sup>11</sup> <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-31-atualizada-2024-2.pdf>

propagativas de espécies nativas, gestão de viveiros, formas de organização, estudos de mercado e planos de negócios, sistemas produtivos sustentáveis, associativismo e cooperativismo, regularização e desenvolvimento organizacional, entre outros temas identificados como pertinentes pela instituição proponente, considerando o contexto local. As capacitações dos atores locais também poderão incluir intercâmbios e visitas técnicas a viveiros e demais projetos de recuperação socioprodutiva da região. As capacitações deverão apresentar aplicação prática dos seus resultados na promoção da recuperação socioprodutiva na região.

**As propostas poderão prever também a implantação de unidades demonstrativas de produção, beneficiamento e armazenamento de sementes, mudas e outras formas propagativas de espécies nativas ou da agrobiodiversidade local, assim como de sistemas agroflorestais.** Nestes casos, deverão ser previstas na proposta a aquisição de equipamentos e/ou a construção de infraestrutura necessária para viabilizar a implantação das unidades demonstrativas, apresentando os custos por insumo e atividades necessárias para a sua execução.

**A localização dessas unidades deverá ser escolhida de forma participativa com os atores mobilizados para as capacitações,** de forma que seja identificada demanda para a produção e a comercialização dos produtos finais da cadeia, incluindo as mudas, sementes e outras formas propagativas de espécies vegetais para fins de recuperação socioprodutiva. A instituição proponente deverá comprovar a propriedade, posse ou cessão de uso da propriedade durante todo o período de execução do projeto. Recomenda-se que as unidades escolhidas emitam declaração disponibilizando o acesso às áreas das unidades demonstrativas por pelo menos 3 (três) anos após o término do projeto.

A(s) unidade(s) demonstrativa(s) deverá(ão) ser construída(s) e estruturada(s) para operar(em) de acordo com os padrões estabelecidos pela legislação em vigor (Lei nº 10.711/2003, Decreto nº 10.586/2020 e IN MAPA nº 17/2017). Para realização de obras, é necessária apresentação do projeto básico elaborado por profissional habilitado. Caso a instituição proponente não possua o projeto básico, sua elaboração poderá ser prevista na proposta, ou a elaboração do projeto básico poderá ser apresentada como contrapartida.

Poderão ser incluídas dentre as ações de fortalecimento da cadeia produtiva assessorias jurídicas e contábeis para a regularização documental e formatação de instrumentos de gestão de associações comunitárias e/ou cooperativas de produtores rurais que sejam gestores de viveiros de mudas ou de outras unidades demonstrativas referidas acima, como criação ou revisão de estatutos, regimentos, organização e instalação de conselhos fiscais, deliberativos e consultivos, planos de gestão e demais. Eventuais intervenções na estrutura física e no aparelhamento das sedes dessas associações poderão ser propostas desde que apresentada justificativa e que sejam condizentes com o porte da organização e sua contribuição com o fortalecimento da cadeia produtiva da restauração ecológica, da recuperação socioprodutiva e/ou dos produtos da sociobiodiversidade e agrobiodiversidade.

Outras atividades de fortalecimento das cadeias produtivas citadas, além das descritas acima, poderão ser incluídas nas propostas desde que apresentem metodologia e orçamento detalhados e justificativa de seus impactos.

#### **19.IV. Manutenção e monitoramento das áreas em recuperação**

Após a implementação das intervenções de recuperação, a instituição responsável pelo projeto deverá manter e monitorar periodicamente as áreas em recuperação socioprodutiva. As propostas deverão prever ações de manutenção e monitoramento das áreas de intervenção por, no mínimo, 24 meses subsequentes, e até que o alcance dos indicadores de recuperação socioprodutiva propostos seja atingido.

Para o monitoramento da recuperação socioprodutiva realizada deverão ser definidos na proposta indicadores ecológicos e socioeconômicos que permitam avaliar o sucesso da recuperação socioprodutiva, comparado a valores de referência, bem como o protocolo de coleta de dados desses indicadores que será utilizado pelo projeto<sup>12</sup>. Indicadores de recuperação socioprodutiva são métricas (ou variáveis) que informam o estado de um ecossistema em restauração, ou parâmetros socioeconômicos do local onde a recuperação está sendo realizada. Os indicadores podem ser qualitativos, avaliados por meio da simples observação (por exemplo, presença de processos erosivos), ou quantitativos, avaliados por medidas diretas (como a densidade e a diversidade de árvores por hectare, o número de empregos gerados, volume de produção na área, renda gerada, entre outros).

Além de indicadores ecológicos, é desejável ainda a inclusão de indicadores sociais da restauração, sugerindo-se, como base, os atributos sociais propostos pela Sociedade Internacional para Restauração Ecológica (SER)<sup>13</sup>: a) bem-estar comunitário (melhora dos laços sociais; reforço do sentido de pertencimento; saúde e bem-estar); b) distribuição dos benefícios (benefícios assegurados às comunidades; culturas conservadas; oportunidades equalizadas), c) enriquecimento do conhecimento (inovação de conhecimento; ciência dando base e subsidiando; Conhecimentos Ecológicos Tradicionais valorizados), d) engajamento das partes interessadas (capacidade aumentada; envolvimento atraído; apoio mantido), e) economias sustentáveis (renda gerada; eco-economias asseguradas; resíduos reciclados).

As propostas devem conter também mecanismos e ações visando a estimular e promover a divulgação desses resultados, inclusive pela internet, de forma a dar publicidade e transparência à aplicação dos recursos e a contribuir com a construção do conhecimento e a implementação de iniciativas bem-sucedidas nesse campo no futuro.

**No relatório final do projeto deverão ser apresentadas evidências objetivas dos resultados de recuperação socioprodutiva alcançados, contemplando informações georreferenciadas e imagens aéreas feitas por drones. Também, deverá ser incluída uma revisão da estratégia de continuidade das ações** apresentada na proposta do projeto, realizada em conjunto com os parceiros do projeto e instituições locais envolvidas. Essa estratégia deve considerar os dados do

---

<sup>12</sup> Recomenda-se, como referência para a definição dos indicadores de restauração do projeto, a publicação do RE-HabitarArarinha-azul denominado “Monitoramento de áreas em processo de recuperação” / Organizado pelo Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental da Universidade federal do Vale do São Francisco (NEMA/UNIVASF). – Petrolina-PE: UNIVASF, 2023. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://nema.univasf.edu.br/publicacoes/00003574.pdf](https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://nema.univasf.edu.br/publicacoes/00003574.pdf), e a;

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 14, DE 1º DE JULHO DE 2024  
<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139412>, artigo 33 e anexo 1 item

<sup>13</sup> GANN et. al. *International principles and standards for the practice of ecological restoration. Second edition. The Journal of the Society for Ecological Restoration*, vol. 27, 2019.

monitoramento, incluindo o alcance das metas, o contexto socioeconômico local, os riscos e medidas para mitigar ou prevenir estes riscos e formas de financiamento dos trabalhos. Deve também informar quais os mecanismos utilizados para disponibilizar informações aos atores envolvidos e ou interessados dos resultados, benefícios alcançados, os impactos gerados, as informações de monitoramento, e as informações efetivamente disponibilizadas (como, quando e para quem).

## **20. Despesas Elegíveis e Inelegíveis**

O uso dos recursos deverá ser destinado exclusivamente para a execução das atividades fim do projeto. Todas as despesas, especialmente as correntes, deverão ser descritas e comprovadas individualmente na prestação de contas, não sendo acatadas despesas ocorridas fora da vigência do contrato firmado entre FBDS e instituições apoiadoras selecionadas. Não serão financiadas taxas de administração ou similares com recursos do Edital.

Na análise dos projetos, durante o processo de seleção, poderão ser, parcial ou totalmente, recusadas quaisquer despesas consideradas injustificadas para a realização das atividades do projeto.

Não será coberto com recursos do projeto o pagamento de juros e mora por atrasos no pagamento, uma vez que os recursos são liberados antecipadamente à execução das atividades, conforme orçamento previsto para o projeto.

Todos os encargos sociais, obrigações tributárias e trabalhistas relativas ao pessoal a ser eventualmente contratado para o desenvolvimento das atividades da proposta são de responsabilidade da instituição proponente e serão cobertos com recurso do projeto, devendo ser recolhidos pela instituição responsável pelo projeto conforme disposto na legislação. As contratações realizadas pela instituição proponente no âmbito do projeto não acarretarão vínculo empregatício com a FBDS ou com os financiadores do edital.

Todos os comprovantes das despesas arcadas com os recursos do projeto deverão ter comprovantes fiscais legalmente aceitos e estar em nome e CNPJ da instituição proponente. A FBDS poderá a qualquer tempo solicitar a demonstração do cumprimento das referidas obrigações tributárias e trabalhistas, bem como de qualquer outra obrigação legal decorrente da implantação do projeto.

Para a aquisição de bens e a contratação de serviços deverá ser comprovada a realização de cotação de, pelo menos, 03 orçamentos, sempre que possível, acompanhado da respectiva justificativa de escolha final e/ou da justificativa da inviabilidade ou desnecessidade de realização de tal cotação.

### **20.1. Despesas elegíveis**

A seguir é apresentada uma lista exemplificativa, não exaustiva, de despesas elegíveis para serem executadas com recursos desse Edital:

- a) Diárias para cobertura de gastos com viagem de pessoas envolvidas diretamente na execução do projeto;
- b) Passagens nacionais aéreas, terrestres e fluviais;

c) Bens: mobiliário, maquinário, veículos (a aquisição de veículos e maquinários novos deve ter sua necessidade devidamente justificada no projeto, comparando os custos de compra *versus* o de aluguel dos referidos itens) e equipamentos. Na eventual necessidade de doação de bens e equipamentos adquiridos com recursos do projeto, esta deverá ser operacionalizada pela instituição proponente e anuída pelo Núcleo Gestor do Edital. Os custos relativos ao pagamento de impostos para a doação dos bens não poderão ser cobertos com recursos do projeto, salvo expressa autorização prévia do Núcleo Gestor;

d) Custos recorrentes: material de consumo, material de escritório, insumos (sementes e outras formas propagativas, mudas, cercas, material de construção, fertilizantes etc.), combustível, correios, fotocópias, embalagens, manutenção de equipamentos de informática, de veículos e de infraestrutura, itens de comunicação;

e) Serviços de terceiros: consultorias, assistência técnica, mão de obra local, pesquisas, estudos, serviços em geral ou serviços técnicos para a execução das atividades dos projetos, tais como restauração, recuperação, manutenção, conservação, monitoramento, divulgação, capacitação etc.;

f) Salários, encargos e benefícios previstos na legislação trabalhista da equipe diretamente ligada ao projeto contratados sob o regime da CLT, proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado ao projeto;

g) Pequenas obras e reformas, como por ex. laboratório e banco de sementes, equipamentos e instalações de viveiros, módulos familiares de produção de mudas, desde que apresentado projeto básico e comprovada a propriedade do imóvel ou cessão de uso por no mínimo 4 anos após o encerramento do projeto;

h) Compras de agrotóxicos e insumos agrícolas de natureza química, desde que em etapas iniciais ou intermediárias do processo de recuperação das áreas e com base em justificativa, a ser aprovada pela FBDS, que comprove a necessidade e efetividade (relação custo/benefício) da utilização destes insumos, quando em comparação com insumos de natureza orgânica. A aprovação desses levará em conta as salvaguardas da FBDS, bem como autorizações e/ou licenciamento ambiental, eventualmente aplicáveis, junto aos órgãos competentes e a legislação vigente que regulamenta o seu uso.

i) Bolsas: de acordo com as necessidades do projeto, poderão ser concedidas bolsas de estudo e de pesquisa.

Todos os gastos do projeto devem seguir os procedimentos informados pela FBDS nos manuais que serão fornecidos às instituições proponentes cujas propostas forem selecionadas.

## **20.II. Despesas inelegíveis**

A seguir, encontra-se lista não exaustiva de despesas NÃO permitidas com recursos dos Editais para seleção de projetos, no âmbito da Iniciativa Floresta Viva 2025:

- a) **Despesas que impliquem a substituição de outras fontes de financiamento:** os recursos do Edital não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis;



- b) **Despesas que não respeitem o** princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de atuação do Edital. Na aplicação deste critério poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:
- Orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
  - Variação do orçamento da instituição ou do órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior);
  - Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).
- c) Aquisição de bens imóveis;
- d) Pagamento de dívidas e ou passivos de qualquer natureza;
- e) Compra de armas ou munições;
- f) Pagamento de impostos, taxas ou qualquer outro tributo que não seja inerente e/ou parte integrante do custeio ou de investimentos realizados pelo projeto;
- g) Atividades que promovam interesses partidários, eleitoreiros ou religiosos;
- h) Pagamento de salários, bolsas de pesquisa, de estudo, técnicas e/ou qualquer outra espécie de remuneração a integrantes da Administração Pública direta ou indireta, à exceção de pagamento a professores de universidades públicas, condicionado aos limites e normas de suas respectivas instituições que devem ser apresentadas pela proponente, e à legislação vigente;
- i) Aquisição de itens vedados por salvaguardas aplicáveis ao projeto;
- j) outras despesas que sejam restritas por política interna da FBDS.

## 21. Processo de seleção de projetos

As propostas encaminhadas para a seleção serão avaliadas em 3 (três) etapas, a saber:

### 1ª Etapa – análise preliminar

Todas as propostas recebidas dentro do prazo estipulado serão submetidas pela FBDS a uma análise preliminar na qual será verificada o atendimento das exigências formais constantes deste Edital. Esta análise preliminar, de natureza eliminatória, resultará em uma relação de propostas admitidas para a 2ª etapa competitiva de seleção, que avaliará o mérito das propostas.

Os critérios eliminatórios da análise preliminar são os relacionados abaixo:

- A proposta foi enviada até a **data e hora limite**;
- Atendimento da instituição proponente aos critérios definidos no item 8 deste Edital;
- Foram enviados todos os **documentos obrigatórios** relacionados no item 15 deste Edital;
- Observância da adequação à área mínima de 50 hectares e máxima de 100 hectares obrigatórias para recuperação socioproductiva estipuladas neste Edital; e
- Localização das áreas de recuperação socioproductiva conforme estabelecido no item 7 deste Edital.



A FBDS comunicará o resultado da análise preliminar às instituições proponentes, antes de dar prosseguimento à 2ª etapa - análise técnica das propostas.

As instituições eliminadas nesta etapa terão 05 dias corridos após a data em que receberem as comunicações de resultado pela FBDS para interpor recursos, os quais deverão ser enviados para o e-mail [fv2025.recaatingar@fbds.org.br](mailto:fv2025.recaatingar@fbds.org.br).

## 2ª Etapa – análise técnica

As propostas qualificadas na 1ª etapa serão submetidas à análise da Comissão Julgadora, formada por especialistas indicados pelo Núcleo Gestor deste Edital. A Comissão Julgadora fará a avaliação do escopo e pontuará as propostas com base nos critérios técnicos constantes deste Edital, de acordo com os Critérios de Avaliação Quantitativa (item 29).

Com base na pontuação obtida, a Comissão Julgadora recomenda ou não os projetos. **Serão recomendados os projetos que atingirem, ao menos, 50% da pontuação máxima.** As propostas recomendadas seguem então para a etapa classificatória, na qual, além da pontuação recebida por cada proposta, serão considerados a distribuição dos recursos e projetos entre os estados da Caatinga e o montante de recursos disponível no Edital para cada ciclo de seleção, conforme descrito a seguir.

## 3ª Etapa – classificação dos projetos

No primeiro ciclo do Edital, será priorizada a seleção de pelo menos uma proposta por estado, da seguinte forma: dentre as propostas que atingirem a pontuação mínima de 50%, as propostas serão classificadas por ordem decrescente de pontuação e serão selecionadas as propostas mais bem classificadas em cada um dos nove estados da Caatinga, até que o total de recursos financeiros previsto para o ciclo seja alcançado. Caso ainda haja recursos disponíveis, serão classificadas as demais proponentes, independente do estado de atuação, obedecida a ordem de classificação geral obtida, observado o limite dos recursos financeiros previstos para cada ciclo.

De forma similar, nos ciclos subsequentes, serão priorizadas propostas a serem implementadas em estados que ainda não tiverem sido contemplados nos ciclos anteriores. Em seguida, serão classificadas as demais proponentes, independente do estado de atuação, obedecida a ordem de classificação geral obtida, até que o total de recursos financeiros previsto para o ciclo seja alcançado.

A seleção das propostas estará condicionada à disponibilidade e à otimização dos recursos, visando ao alcance dos objetivos definidos no Edital, o que poderá ensejar a renegociação de valores de projetos apresentados pelas instituições proponentes.

As propostas não selecionadas em determinado ciclo poderão ser reapresentadas em ciclo seguinte, se houver, podendo a FBDS oferecer orientação com base nas recomendações registradas durante a avaliação. No último ciclo, propostas recomendadas e não selecionadas por insuficiência de recursos poderão compor um Cadastro de Reserva do Edital, a critério do Núcleo Gestor.

## 22. Divulgação dos resultados

Os resultados da análise preliminar e da seleção dos projetos deste Edital serão divulgados no *website* deste Edital (<https://floresta-viva.fbds.org.br/>). O resultado da avaliação de cada proposta

será enviado para cada instituição proponente por meio do *e-mail* informado na ficha do Anexo A. A seleção não gera à instituição proponente direito adquirido à contratação.

As instituições proponentes devem verificar o *website* desse Edital antes de entrar em contato com a FBDS para saber o resultado. A FBDS, seus funcionários e colaboradores, os membros da Comissão Julgadora ou qualquer das partes diretamente envolvidas não farão nenhuma forma de divulgação dos resultados antes da sua efetiva divulgação no *website* deste Edital.

Não serão aceitos recursos nas etapas de análise técnica e classificação dos projetos do Edital.

## **23. Contratação e implementação**

Concluído o processo de seleção e atendidos os requerimentos prévios à contratação solicitados pela FBDS, será firmado contrato de apoio técnico e financeiro entre as instituições proponentes dos projetos selecionados e a FBDS. O contrato de apoio inclui as regras, os procedimentos e as obrigações para a execução dos projetos, além de garantir o repasse dos recursos financeiros exclusivamente para realização das atividades, conforme detalhado a seguir.

- a) A FBDS entrará em contato com as instituições proponentes dos projetos selecionados e solicitará um complemento de informações para assinatura do contrato e transferência dos recursos, observado o cumprimento de eventuais condições de liberação conforme o projeto exija. Nesta ocasião, serão informados os prazos para o envio dos documentos necessários para a elaboração do contrato e para o repasse dos recursos. É condição para contratação das instituições selecionadas estar em situação regular no âmbito fiscal e trabalhista, e não apresentar impedimentos de contratação com a FBDS, BNDES e Instituições Apoiadoras.
- b) As instituições proponentes selecionadas no Edital passarão pelo processo de análise cadastral e integridade da FBDS, processo similar ao que é aplicado no processo de concessão de financiamento não reembolsável do BNDES. Essa etapa pode levar à desclassificação da proposta.
- c) Caso a instituição proponente de proposta selecionada não apresente os documentos e informações complementares solicitados no prazo definido e/ou não atenda de forma satisfatória a análise cadastral ou de integridade, a mesma poderá ser eliminada, podendo ser escolhido outro projeto, considerando o ranqueamento e a classificação de projetos que atingiram a nota mínima.
- d) A contratação é celebrada pela FBDS, com recursos oriundos do BNDES e do BNB.

Após a aprovação do projeto, o início de sua execução dar-se-á na data de assinatura do contrato, tendo como condição precedente a apresentação e análise da documentação mencionadas nos próximos parágrafos.

Na fase de análise cadastral, as instituições proponentes selecionadas deverão enviar os seguintes documentos, entre outros que possam ser exigidos, a serem verificados pela FBDS:

1. Declaração, conforme modelo a ser fornecido pela FBDS (similar ao utilizado pelo BNDES), atestando:

- a) que não estão configuradas as vedações previstas na Constituição Federal, art. 54, incisos I e II;
- b) que não está descumprindo embargos de atividade relativos ao desmatamento do Bioma Amazônia;
- c) a inexistência de demandas judiciais ou extrajudiciais que afetem sua capacidade econômico-financeira;
- d) que se compromete a guardar e conservar os documentos relativos à análise jurídica, cuja cópia digital foi enviada ao FBDS, até a data final da vigência da Chamada Pública, ou do contrato assinado com o FBDS, se for o caso, bem como a enviar a referida documentação quando assim for solicitado pelo FBDS;
- e) a inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pela proponente ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça, gênero, geracional, origem ou orientação sexual, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou importem em crime contra o meio ambiente;
- f) a inexistência de decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, contra si e seus dirigentes, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei;
- g) a inexistência de inadimplemento com a União, seus órgãos e entidades das Administrações direta e indireta;

- 2. Declaração relativa às práticas de compliance adotadas pela proponente, conforme modelo a ser fornecido pela FBDS, assinada por seus representantes legais e, se houver, pelo Diretor ou executivo responsável pelo compliance;
- 3. Comprovação de que está em dia com a entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ou eSocial;
- 4. Certidão de Débitos Trabalhistas, a ser extraída no sítio eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>, ou outro que o substitua, e verificada pelo FBDS;
- 5. Tratando-se de entidade privada sem fins lucrativos:

- a) comprovação de inexistência de inscrição do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM); e
- b) Declaração, conforme modelo a ser fornecido pela FBDS, sobre a inexistência de condenação por decisão proferida por órgão judicial colegiado, contra si e/ou seus dirigentes, pela prática de improbidade administrativa ou crime relacionado ao projeto ou contra a administração pública, contra o sistema financeiro e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

Adicionalmente, será verificada a existência de impeditivos para contratação da instituição proponente junto ao BNDES, FBDS e Instituições Apoiadoras que venham a aderir a este Edital, cujos

proponentes participantes deste Edital, desde já, autorizam o BNDES e as Instituições Apoiadoras a compartilhar essa informação com a FBDS.

Na fase de contratação, as instituições responsáveis pelos projetos selecionados deverão enviar os seguintes documentos, entre outros que possam ser exigidos:

1. Cópia atualizada dos Atos Constitutivos (tais como estatuto e suas atualizações ou contrato social), com o devido registro em cartório.
2. Cópia do documento de identidade e do CPF dos representantes legais acompanhada da ata que elegeu os respectivos representantes.
3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
4. Certificado de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal.
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
6. Dados Bancários para o Desembolso: as instituições responsáveis deverão abrir uma conta corrente específica e exclusiva para o projeto, podendo ser em qualquer instituição bancária autorizada pelo Banco Central e informar à FBDS.
  - Nome e código do Banco;
  - Nome, número e endereço da Agência;
  - Número da conta (OBS: a instituição beneficiária/proponente deve ser a titular da conta);
  - Nome da conta (recomenda-se que faça alguma referência ao projeto).
7. Inexistência de inscrição no CEPIM (Cadastro de Entidades Sem Fins Lucrativos Impedidas) e no CADIN.
8. Inexistência de inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11.05.2016, a ser verificada pelo BNDES, mediante consulta na INTERNET, no endereço do Ministério do Trabalho e Emprego – Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (Resolução nº 1.178, de 31.5.2005, da Diretoria do BNDES);
9. Inexistência de inadimplemento financeiro ou de restrições decorrentes de inadimplemento de obrigações contratuais de qualquer natureza, perante o Sistema BNDES, por parte da instituição proponente ou de entidade a ela vinculada;
10. Declarações, as quais deverão prever minimamente afirmações das instituições proponentes: (i) nem o CLIENTE, ou ainda, qualquer dos respectivos dirigentes ou administradores, empregados, mandatários e representantes estão atualmente sujeitos a qualquer embargo administrado ou executado pelo Estado brasileiro; (ii) acerca da inexistência de apontamentos desabonadores à instituição ou a seus dirigentes que possa, de qualquer forma, comprometer a execução do projeto ou configurar risco de imagem para o BNDES e o BNB; e (iii) de que adota boas práticas de governança e prevenção a ilícitos financeiros; (iv) acerca da inexistência de pendências ou ações judiciais ou administrativas

que possam comprometer o patrimônio da instituição e prejudicar a execução do projeto, (v) acerca de eventuais condenações por improbidade administrativa transitadas em julgado em nome da entidade cuja condenação implique em "proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; e (vi) acerca de eventuais condenações em nome dos dirigentes da entidade que se enquadrem no art. 127, §1, inciso IV da LDO (Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024), que reproduz: "instituições cujos dirigentes sejam condenados por exploração de trabalho infantil ou trabalho análogo à escravidão, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso, pessoa com deficiência ou crime resultante de discriminação racial e de etnia".

#### **11. Outros documentos porventura pertinentes a serem solicitados pela FBDS.**

A liberação dos recursos será feita conforme apresentado no Orçamento e Cronograma de Desembolso do projeto contratado e suas revisões, e mediante aprovação das entregas de relatórios técnicos e financeiras previstas no contrato de apoio e demais condicionantes conforme o projeto específico. O valor da primeira liberação de recursos deverá ser utilizado, majoritariamente, para elaboração do Plano de Trabalho.

Os custos incorridos para a elaboração da proposta são de inteira e exclusiva responsabilidade da instituição proponente. A submissão de propostas ao edital não gera nenhum direito de ressarcimento dos custos incorridos pela instituição proponente, inclusive no caso de cancelamento total ou parcial deste edital e/ou de não contratação.

**Não será permitida a duplicidade de financiamento para as atividades previstas no projeto, apenas financiamentos complementares.**

## **24. Disponibilização de recursos**

Antes da liberação do primeiro desembolso, a instituição deverá apresentar o extrato da conta corrente e de aplicação com saldo zerado, demonstrando a titularidade, bem como o número do CNPJ da referida instituição. Deverá também ser concedido acesso, a qualquer tempo, à equipe designada pela FBDS para consulta à referida conta exclusiva do projeto.

Os recursos serão disponibilizados para as instituições cujas propostas forem selecionadas somente após o cumprimento de todas as condições para a assinatura dos contratos, sejam elas de natureza legal ou técnica. A impossibilidade do atendimento dessas condições, no período de até 20 dias, poderá acarretar o cancelamento da aprovação da proposta.

Após o primeiro desembolso, os desembolsos subsequentes só serão realizados mediante a prestação de contas financeira e execução de, ao menos, 70% do saldo disponível (cujos valores ainda não tenham sido objeto de prestação de contas anterior e sem a inclusão do valor dos rendimentos), bem como a apresentação de relatórios técnicos e aprovação da FBDS, conforme modelos e procedimentos a serem disponibilizados às instituições selecionadas, bem como outras condições estabelecidas pela FBDS, conforme o projeto específico exigir.

Os desembolsos poderão ser suspensos em caso de irregularidades documentais, falhas de execução, prestação de contas incompleta, movimentação indevida da conta exclusiva do projeto ou outras hipóteses previstas no contrato.

## 25. Monitoramento Técnico e Financeiro dos Projetos

O acompanhamento físico-financeiro dos projetos contratados será realizado pela FBDS. Para tal, a FBDS solicitará e analisará informações obrigatoriamente e periodicamente enviadas pelas instituições proponentes selecionadas, conforme definido no contrato a ser celebrado e nos manuais do projeto. A FBDS poderá, ainda, efetuar visitas de campo e contratar consultores independentes para verificar diferentes aspectos do projeto, como, por exemplo: a efetiva execução das atividades pactuadas, a área restaurada e as contas dos projetos junto às instituições beneficiadas pelo apoio. O BNDES e o BNB poderão solicitar informações e documentos e efetuar visitas de campo para acompanhamento da implantação dos projetos.

As instituições proponentes selecionadas deverão enviar à FBDS relatórios técnicos semestrais e final, tendo como referência o cronograma e o escopo da proposta pré-estabelecidos, monitoramento dos indicadores e disponibilização de dados georreferenciados, abordando os resultados e produtos obtidos.

## 26. Informações adicionais

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico **fv2025.recaatingar@fbds.org.br**. As dúvidas referentes ao primeiro ciclo deverão ser enviadas até o dia 05/08/2026, às 18h00, e as referentes ao segundo ciclo deverão ser enviadas até o dia 09/12/2026, às 18h00. Todas as perguntas e dúvidas deverão ser enviadas via *e-mail*. A FBDS publicará todas as perguntas e respostas no Portal de Chamadas (*website*), sem referência à instituição que as tiver enviado.

## 27. Encerramento dos Projetos

Os projetos só são considerados finalizados pela FBDS após aprovação de todas as relatorias e a assinatura do termo de encerramento de projeto, a ser disponibilizado pela FBDS ao final do projeto.

## 28. Disposições Gerais

A qualquer momento esse Edital poderá ser cancelado ou ter seus prazos ou valores disponíveis para financiamento modificados, no todo ou em parte, sem que isso implique qualquer direito à indenização de qualquer natureza a nenhuma das partes envolvidas.

A FBDS reserva-se o direito de não celebrar contratos com as proponentes selecionadas por motivos de conveniência e oportunidade, não ensejando qualquer indenização aos inscritos.

A proponente está ciente de que, celebrado o contrato, deverá mencionar a colaboração financeira do BNDES e do BNB, a parceira técnica do MMA e a atuação como parceiro gestor da FBDS na divulgação do projeto e das ações apoiadas pelo Edital, incluindo seus logotipos. Deverá, assim,

submeter à aprovação prévia da FBDS o material destinado às divulgações relacionadas ao projeto, devendo ser respeitadas todas as orientações de uso das marcas estabelecidas pelos parceiros.

As instituições proponentes devem ter ciência de que, uma vez contratadas, autorizam citação e uso de imagens dos projetos em ações de comunicação da FBDS, do BNDES, do BNB e do MMA.

## 29. Critérios de Avaliação Quantitativa

A Comissão Julgadora do Edital pontuará (com notas de 0 a 5) cada um dos critérios de avaliação descritos na tabela a seguir, emitindo um parecer global composto pela Avaliação Quantitativa Final (nota final podendo variar de 0 a 100), e pela Avaliação Qualitativa, que classifica cada proposta conforme as alternativas a seguir:

**Recomendado (RE)** – quando a proposta atende ao conjunto dos critérios da análise técnica e atinge pontuação na Avaliação Quantitativa Final igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

**Não-Recomendado (NR)** – quando a proposta não atende aos critérios de análise técnica, atingindo pontuação na Avaliação Quantitativa Final inferior a 50 (cinquenta) pontos. Nesse caso, a Comissão Julgadora poderá indicar pontos de melhoria que poderão ser informados às instituições proponentes pela FBDS. Assim, a proposta poderá ser melhorada e reapresentada em ciclo subsequente, se houver.

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		PONTOS (0 A 5)	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Capacidade técnica e organizacional da instituição proponente e parceiras		4	20
2	Atividades técnicas de recuperação socioproductiva		3	15
3	Custos do projeto		2	10
4	Impacto ecológico do projeto		4	20
5	Impacto social do projeto		3	15
6	Sinergia com políticas públicas e ações do setor privado		1	5
7	Salvaguardas socioambientais		1	5
8	Aspectos priorizados		2	10
				100



Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate a pontuação dos Critérios 1 e 4, nesta ordem. Subsistindo o empate será considerada para fins de desempate, a proposta que estiver localizada em municípios de menor IDH (caso haja mais de um município contemplado na proposta será considerada a média simples entre eles).

A tabela a seguir apresenta mais detalhes sobre os aspectos que serão avaliados em cada critério.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		
CRITÉRIO	IDENTIFICAÇÃO DO CRITÉRIO	Aspectos a serem observados
<b>Critério 1</b>	<b>Capacidade Técnica e Organizacional da Instituição Proponente e Parceiras</b>	
Subcritério 1.1	Experiência técnica da instituição proponente e parceiras, se houver	<p>Experiência técnica da instituição proponente e instituições parceiras na execução de atividades de recuperação de áreas degradadas, conservação de ecossistemas, desenvolvimento sustentável, promoção da agroecologia ou convivência com o Semiárido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• no bioma Caatinga;</li> <li>• na área foco da proposta;</li> <li>• em biomas brasileiros.</li> </ul> <p>Serão considerados, ao avaliar o histórico de projetos já realizados: período, local, área em hectares, valores total e anual, parceiros, resultados, bioma, status atual, notório reconhecimento público.</p>
Subcritério 1.2	Capacidade de gestão e sustentabilidade financeira da instituição proponente	<p>A instituição proponente apresenta histórico de desenvolvimento de projetos com valores compatíveis com o valor da proposta submetida.</p> <p>A instituição apresenta estratégias e alternativas para captação de recursos, no curto e no médio prazo, incluindo geração própria de receita, doações, recebimento por serviços prestados etc.</p>
Subcritério 1.3	Nível de qualificação e experiência da equipe técnica da instituição proponente e parceiras, se houver	<p>Qualificações e experiência da equipe do projeto (instituição proponente e parceiras) na execução de projetos de recuperação de áreas degradadas, conservação de ecossistemas, desenvolvimento sustentável, promoção da agroecologia ou convivência com o Semiárido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• no bioma Caatinga;</li> <li>• na área foco da proposta;</li> <li>• em biomas brasileiros.</li> </ul>
Subcritério 1.4	Capacidade organizacional da instituição proponente e parceiras, se houver	<p>Avaliação do arranjo proposto para parceria, se houver, e do organograma identificando todas as equipes previstas para o projeto, considerando: a adequação das competências alocadas, a clareza na definição de atribuições e responsabilidades de cada equipe, o quantitativo de pessoas geral e por equipe, e a interação entre as equipes.</p>

Subcritério 1.5	Diversidade	Observância de aspectos relacionados à promoção da diversidade de gêneros, intergeracional, de raça e etnia, identificação e orientação sexual e inclusão de povos indígenas, demais povos e comunidades tradicionais e apenados na composição da equipe. Espera-se a participação de mulheres; indígenas; autodeclarados pretos, pardos, e/ou pertencentes a povos ou comunidades tradicionais; jovens de 15 a 29 anos e pessoas acima de 60 anos; apenados e pessoas LGBTQIAPN+, em especial em cargos de liderança
<b>Critério 2</b>	<b>Atividades técnicas de recuperação socioprodutiva</b>	
Subcritério 2.1	Diagnóstico preliminar das áreas selecionadas para o projeto	A proposta apresenta características da região/área: vegetação, topografia, hidrografia, solos, fauna, condições climáticas, fatores de degradação, localização georreferenciada das áreas a serem restauradas, descrição das comunidades do entorno etc.
Subcritério 2.2	Técnicas e tecnologias sociais de recuperação socioambiental	<p>Adequabilidade das técnicas e tecnologias sociais de recuperação socioambiental previstas, considerando as características das áreas selecionadas e o perfil das comunidades locais.</p> <p>Quantidade prevista de sementes e mudas de espécies nativas e da agrobiodiversidade local adequadas e suficientes para atender às técnicas e aos plantios propostos.</p> <p>Logística de atividades, transporte de pessoal e fornecimento de insumos necessários para as atividades previstas.</p>
Subcritério 2.3	Atividades de implantação, manutenção e monitoramento das áreas selecionadas	<p>O projeto apresenta um plano de implantação objetivo, com cronograma adequado e com metas claramente estabelecidas.</p> <p>O projeto apresenta práticas de manutenção das áreas em recuperação e diminuição dos riscos externos (controle de pragas, impedimento de animais domésticos às áreas, controle da mato-competição – roçadas, prevenção e/ou controle de incêndios, desertificação etc.).</p> <p>O projeto apresenta uma lista de indicadores ambientais que serão monitorados ao longo da implementação do projeto (cobertura do solo com vegetação nativa e da agrobiodiversidade, densidade de indivíduos nativos regenerantes, número de espécies nativas regenerantes, estimativas da remoção/captação de gases de efeito estufa, uso da fauna nas áreas, teor de matéria orgânica no solo, ocorrência de incêndios etc.), e informa a metodologia de monitoramento, coleta de informações, documentação, divulgação do projeto e o uso de ferramentas de georreferenciamento.</p>

Subcritério 2.4	Sustentabilidade dos resultados do projeto	<p>O projeto apresenta estratégia adequada de manutenção dos resultados e processos da recuperação socioprodutiva após seu término.</p> <p>O projeto apresenta arranjo interinstitucional local para manutenção e ampliação dos resultados da recuperação socioprodutiva após seu término.</p> <p>O projeto prevê ações de capacitação e/ou mobilização de atores locais para prevenção e combate a incêndios florestais que tenham potencial de serem mantidas após o término do projeto.</p>
<b>Critério 3</b>	<b>Custos do projeto</b>	
Subcritério 3.1	Custo da recuperação produtiva	<p>Custos da elaboração e da implementação do Plano de Trabalho.</p> <p>Custos da recuperação produtiva, considerando as técnicas propostas, em R\$/ha.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa das propostas apresentadas, favorecendo aquelas que apresentarem valores mais baixos para cada técnica e, assim, promovendo a ênfase na economicidade e na eficiência.</p>
Subcritério 3.2	Distribuição de custos entre os objetivos do projeto	<p>Custos totais do projeto em R\$ por Objetivo: 1) Gestão e gastos recorrentes; 2) Articulação e mobilização; 3) Diagnóstico e Elaboração do Plano de Trabalho; 4) Implementação do Plano de Trabalho; 5) Fortalecimento das Cadeias Produtivas; 6) Capacitações; 7) Monitoramento, inclusive de indicadores de execução e dos resultados dos projetos; 8) Estratégia de Comunicação; e 9) Outros.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa dos custos por objetivo entre as propostas apresentadas, promovendo a ênfase na economicidade e eficiência.</p>
Subcritério 3.3	Contrapartidas	<p>O projeto apresenta contrapartidas financeiras e não financeiras e qual o impacto delas para os resultados previstos no projeto.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa das propostas apresentadas, favorecendo aquelas que apresentarem valores maiores de contrapartida ligada diretamente aos objetivos centrais dos projetos e do Edital.</p>
<b>Critério 4</b>	<b>Impacto ecológico do projeto</b>	
Subcritério 4.1	Conectividade da paisagem	<p>As áreas selecionadas contribuem para a formação de corredores ecológicos e para a conectividade da paisagem, inclusive por meio da articulação com iniciativas de recuperação em andamento ou recentemente concluídas, favorecendo o aumento da biodiversidade e a recuperação funcional dos ecossistemas da Caatinga.</p>

Subcritério 4.2	Disponibilidade de recursos hídricos	<p>A disponibilidade de recursos hídricos apresentada na proposta é adequada para as atividades previstas.</p> <p>A proposta inclui ações para recuperação de corpos hídricos naturais e conservação de água, quando cabível, conforme definições do item 6 deste Edital.</p>
Subcritério 4.3	Tamanho e continuidade das áreas a serem restauradas	<p>Serão priorizadas as propostas que se propuserem a restaurar maiores áreas.</p> <p>Serão priorizadas as propostas que proponham áreas contínuas.</p>
Subcritério 4.4	Manutenção e/ou recuperação de serviços ecossistêmicos	As áreas selecionadas contribuem com conservação do solo, controle da poluição difusa e conservação efetiva de áreas protegidas.
Subcritério 4.5	Conservação da biodiversidade	<p>O projeto prioriza espécies da flora e da fauna com algum grau de ameaça, raras ou endêmicas, incluindo ações de monitoramento populacional, genética da conservação, preservação de habitats críticos, transferência assistida de espécies ou reintrodução de indivíduos nascidos em cativeiro, manejo de espécies invasoras etc.</p> <p>O projeto prioriza espécies zoocóricas (cujas sementes e frutos são dispersos pela fauna) de modo acelerar a recuperação do ecossistema e contribuir para os processos de sucessão ecológica.</p>
<b>Critério 5</b>	<b>Impacto social do projeto</b>	
Subcritério 5.1	Disponibilidade de sementes, mudas e outras formas propagativas	<p>Capacidade atual de fornecimento de viveiros e redes de sementes, locais e do entorno, compatível com a demanda do projeto (número e qualidade de mudas, sementes e outras formas propagativas).</p> <p>Estratégia utilizada para garantir o fornecimento de mudas, sementes e/ou outras formas propagativas prioriza o envolvimento de mão de obra local, os bancos/casas de sementes comunitários e as mudas de viveiros e instalações comunitárias.</p> <p>Conexão da proposta com a Rede de Bancos e Casas Comunitárias de Sementes crioulas do Semiárido, e iniciativas de redes de sementes nativas da Caatinga.</p>
Subcritério 5.2	Uso de mão de obra local	<p>Estratégia para recrutamento e capacitação de mão de obra local para oferta de empregos.</p> <p>Estratégia para articulação com as comunidades locais para geração de renda com a oferta de serviços (alimentação, transporte de insumos etc.).</p> <p>Estratégia para ampliar a participação de mulheres; indígenas; autodeclarados pretos, pardos, e/ou pertencentes a povos ou comunidades tradicionais; jovens de 15 a 29 anos e pessoas acima de 60 anos; apenados e pessoas LGBTQIAPN+, em especial em cargos de liderança, quando cabível, bem como suas famílias, nas atividades de recrutamento, capacitação e geração de renda.</p>

Subcritério 5.2	Engajamento dos beneficiários finais	<p>O projeto apresenta estratégia de mobilização e engajamento dos beneficiários finais (assentados da reforma agrária, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, proprietários/possuidores de pequenas propriedades rurais).</p> <p>O projeto apresenta envolvimento direto dos beneficiários finais na sua implementação.</p> <p>Foram apresentadas Cartas de Parcerias assinadas por organizações/associações presentes nas áreas selecionadas e/ou entorno.</p> <p>Foram apresentadas Cartas de anuência do órgão responsável pela gestão da área protegida e das comunidades tradicionais ou povos indígenas envolvidos registrando seu apoio à realização do projeto, quando cabível.</p> <p>Foram apresentados Termos de adesão do(s) proprietário(s)/possuidores de terra e/ou de seus prepostos legalmente instituídos, concordando explicitamente com as atividades de recuperação socioprodutiva em suas propriedades, quando cabível.</p> <p>Estratégia para ampliar a participação de mulheres; indígenas; autodeclarados pretos, pardos, e/ou pertencentes a povos ou comunidades tradicionais; jovens de 15 a 29 anos e pessoas acima de 60 anos; apenados e pessoas LGBTQIAPN+ nas atividades de mobilização e engajamento.</p>
Subcritério 5.3	Mobilização de lideranças locais	<p>O projeto prevê atividades de mobilização das lideranças locais com enfoque para a demonstração da importância da cadeia produtiva da recuperação de terras degradadas para a região, a apresentação das potencialidades e dos seus desafios e a criação de estratégias de gestão participativa dos diferentes elos (atores) da cadeia.</p> <p>Estratégia para ampliar a participação de mulheres, indígenas, autodeclarados negros ou pardos, jovens de 15 a 29 anos e pessoas LGBTQIAPN+ nas atividades de mobilização.</p>
Subcritério 5.4	Mobilização de Universidades, Institutos Federais e organizações de extensão rural	<p>O projeto apresenta estratégia de mobilização e engajamento de Núcleos de Agroecologia e outros grupos de pesquisa de Universidades e Institutos Federais e/ou de organizações que ofertam extensão rural.</p> <p>O projeto apresenta envolvimento direto de Núcleos de Agroecologia e outros grupos de pesquisa de Universidades e Institutos Federais e/ou de organizações que ofertam extensão rural na sua implementação.</p> <p>Foram apresentadas Cartas de Parcerias assinadas por Universidades e Institutos Federais e/ou de organizações que ofertam extensão rural.</p>

Subcritério 5.5	Capacitação de atores locais	<p>A proposta contempla atividades de capacitação de organizações e comunidades locais, incluindo referências bibliográficas adequadas à Caatinga, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• produção de mudas, sementes e e outras formas propagativas de espécies nativas e da agrobiodiversidade local;</li> <li>• técnicas de recuperação socioproductiva;</li> <li>• manejo sustentável de recursos naturais; e/ou</li> <li>• outros temas relacionados ao escopo deste Edital.</li> </ul> <p>A proposta contempla atividades de capacitação de atores locais ligados à cadeia produtiva da recuperação em modelos de negócio e formas de organização adequadas ao contexto socioeconômico local, à estrutura das cadeias produtivas sustentáveis na região e ao perfil dos beneficiários finais.</p> <p>Estratégia para ampliar a participação de mulheres; indígenas; autodeclarados pretos, pardos, e/ou pertencentes a povos ou comunidades tradicionais; jovens de 15 a 29 anos e pessoas acima de 60 anos; apenados e pessoas LGBTQIAPN+, bem como suas famílias, nas atividades de capacitação.</p>
Subcritério 5.6	Potencial de geração de segurança alimentar ou renda futura	<p>A proposta apresenta potencial de geração de segurança alimentar ou renda futura aos beneficiários diretos do projeto, por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• comercialização de insumos voltados para a recuperação socioproductiva (sementes e outras formas propagativas, mudas, mão-de-obra, etc.); e/ou</li> <li>• comercialização de produtos (madeireiros e não-madeireiros) e serviços ambientais (PSA) oriundos das áreas a serem recuperadas pelo projeto.</li> </ul> <p>A proposta apresenta potencial de mercado dos produtos e sustentabilidade econômica no médio/longo prazo, preferencialmente com parcerias que contribuam na implantação do projeto e comercialização futura dos produtos.</p>
Subcritério 5.7	Ampliação do acesso ao crédito rural	<p>Demonstração da capacidade de que as atividades de capacitação e formação previstas no projeto alavanquem a tomada de crédito por parte dos beneficiados, em especial no âmbito do PRONAF, do Agroamigo e similares.</p>
Subcritério 5.8	Quantidade de pessoas beneficiadas	<p>Quantidade de pessoas beneficiadas pelas atividades do projeto, considerando-se as comunidades locais, por meio de geração de empregos, renda, capacitação e demais ações aderentes aos objetivos deste Edital.</p> <p>Quantidade de mulheres, indígenas, autodeclarados negros ou pardos, jovens de 15 a 29 anos, pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas em cumprimento de alternativas penais e egressas do sistema prisional,</p>

		<p>bem como suas famílias, beneficiadas pelas atividades do projeto.</p> <p>A avaliação deste subcritério derivará de uma análise comparativa das propostas apresentadas, favorecendo aquelas que apresentarem maior número de pessoas beneficiadas.</p>
Subcritério 5.9	Monitoramento de indicadores sociais	<p>O projeto apresenta uma lista de indicadores socioeconômicos ou índices de bem-estar (ou bem-viver) que serão monitorados ao longo da implementação do projeto.</p> <p>O projeto apresenta indicadores socioeconômicos ou de bem-estar específicos para monitoramento da de mulheres, indígenas, autodeclarados negros ou pardos, jovens de 15 a 29 anos e pessoas LGBTQIAPN+.</p>
<b>Critério 6</b>	<b>Sinergia com políticas públicas e ações do setor privado</b>	
Subcritério 6.1	Sinergias com políticas públicas de recuperação da cobertura vegetal e de terras degradadas, bem como de recuperação socioprodutiva	O projeto viabiliza a recuperação da cobertura vegetal em maior escala, descrevendo atividades a serem realizadas em parceria com o setor público – União, estados, municípios - ou que estejam relacionadas à implementação de política(s) pública(s). Ex: CAR, PRA, Plano Federal ou Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa, de combate à desertificação etc.
Subcritério 6.2	Sinergias com o setor privado voltadas para recuperação da cobertura vegetal e de terras degradadas	O projeto viabiliza a recuperação das terras degradadas em maior escala, descrevendo atividades a serem realizadas em parceria com empresas privadas, fundações, associações etc.
Subcritério 6.3	Sinergias com processos locais e estaduais de controle social	O projeto tem anuência de Conselhos Municipais e Estaduais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável.
<b>Critério 7</b>	<b>Salvaguardas socioambientais</b>	
Subcritério 7.1	Legislação trabalhista	Detalhamento de medidas visando ao atendimento das legislações trabalhistas, inclusive as Normas Regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho aplicáveis às atividades rurais, e a prevenção de acidentes de trabalho.
Subcritério 7.2	Prevenção de poluição	Detalhamento de medidas visando a prevenção de poluição gerada pelo projeto, incluindo, por exemplo, cuidados com transporte, manuseio e armazenamento de insumos e resíduos.
Subcritério 7.3	Saúde e segurança da comunidade	Detalhamento de medidas visando a prevenção de impactos negativos do projeto sobre a saúde e a segurança da comunidade, tais como conduta inadequada dos trabalhadores, acidentes com transporte, manuseio ou disposição inadequada de equipamentos, insumos e resíduos.



Subcritério 7.4	Direitos das Populações Locais	Detalhamento de medidas visando a aplicação de salvaguardas que assegurem direitos, modos de vida, territórios e conhecimentos das comunidades envolvidas no projeto, especialmente os Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
<b>Critério 8</b>	<b>Aspectos priorizados no Edital</b>	
Subcritério 8.1	Grau de prioridade dos municípios alvo no Programa Recaatingar	O projeto será implementado majoritariamente (em hectares) em municípios listados na categoria C5, conforme informações disponibilizadas no Anexo G deste Edital.
Subcritério 8.2	Localização da instituição proponente	A instituição proponente possui sede (matriz) em municípios da Caatinga.
Subcritério 8.3	Justiça social	<p>Atendimento a pelo menos um dos seguintes itens:</p> <p>(i) a equipe do projeto, incluindo os cargos de liderança, é composta por, no mínimo 50% de mulheres.</p> <p>(ii) a equipe tem em sua composição (ou prevê vagas para):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• jovens das comunidades locais;</li> <li>• jovens egressos dos Institutos e Universidades Federais, preferencialmente com origem nos municípios de atuação; ou</li> <li>• pessoas em cumprimento de alternativas penais, em cumprimento de pena privativa e/ou restritiva de liberdade e/ou pessoas egressas do sistema prisional, bem como suas famílias.</li> </ul>

ANEXO A – Dados Cadastrais e Currículo da Instituição Proponente

ANEXO B – Identificação da(s) Instituição(ões) Parceira(s) e suas Atividades

ANEXO C – Apresentação Geral do Projeto

ANEXO D – Cronograma de Execução Física do Projeto

ANEXO E – Orçamento e Cronograma de Desembolsos

ANEXO F – Declaração de Inexistência de Pendências

ANEXO G – Lista de Áreas Prioritárias e Municípios Elegíveis